



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2016

INCRA - SR 02

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E
REFORMA AGRÁRIA
Superintendência Regional Incra Ceará

Fortaleza-CE, março de 2017.

Lista de siglas e abreviações

APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CAR - Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB - Associação Crédito do Brasil
CDR - Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CEPPIR - Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para promoção da Igualdade Racial
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC - Conselho Regional de Contabilidade
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF - Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR – Coordenação Geral de Regularização Fundiária
DFQ - Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
EAT - Equipe de Articulação Territorial
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GECC - Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT - Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragem
MAS - Microssistema de Abastecimento de Água
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MP - Medida Provisória
MPF - Ministério Público Federal
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
NE - Norma de Execução
NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
OCI - Órgão de Controle Interno
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAF - Projeto de Assentamento Florestal
PB - Projeto Básico
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PLpT - Programa Luz para Todos
PGE - Plano Geral de Estatísticas
PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PC - Plano de Compromisso
PPA - Plano Plurianual
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PU - Planos de Utilização
RB - Relação de Beneficiários
RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
RG - Relatório de Gestão
RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
RL - Reserva Legal
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente
SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIG - Sistema de Informações Geográficas
SIGEF - Sistema de Gestão Fundiária
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISDOC - Sistema de Documento
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar

SISPROT - Sistema de Protocolo
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT - Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação da UJ.....	9
Quadro 2 - Plano Estratégico do Incra- Objetivo 1.....	10
Quadro 3 - Plano Estratégico do Incra- Objetivo 2.....	12
Quadro 4 - Plano Estratégico do Incra- Objetivo 3.....	14
Quadro 5 - Plano Estratégico do Incra- Objetivo 4.....	15
Quadro 6 - Plano Estratégico do Incra- Objetivo 5.....	17
Quadro 7 - Plano Estratégico do Incra- Objetivo 6.....	18
Quadro 8 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária.....	20
Quadro 09 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar.....	22
Quadro 10-Ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária.....	31
Quadro 11-Ações do macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução de Restos a Pagar	32
Quadro 12 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária.....	39
Quadro 13 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução de Restos a pagar.....	42
Quadro 14 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ - Superintendência Regional.....	74

Sumário

1- Apresentação	7
2- Visão geral da unidade prestadora de contas	9
2.1- Identificação da unidade	9
3- Planejamento organizacional e resultados	10
3.1- Planejamento e resultados alcançados	10
3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos	19
3.3- Desempenho operacional	20
4- Governança, gestão de riscos e controles internos	55
4.1- Atuação da unidade de auditoria interna	55
4.2- Gestão de riscos e controles internos	55
5- Áreas especiais da gestão	56
5.1- Gestão de pessoas	56
6- Relacionamento com a sociedade	58
6.1- Canais de acesso do cidadão	58
7- Informações contábeis e desempenho orçamentário e financeiro	61
7.1-Desempenho orçamentário e financeiro do exercício	61
7.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	63
7.3- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber	64
8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle	66
8.1- Tratamento de deliberações do TCU	66
8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	68
8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário	71
8.4-Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	72
9- Anexos e apêndices	74
9.1-Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ	74
9.2- Resultados do atendimento ao público externo	75
9.3- Memória de cálculo dos indicadores	77
9.4- Quadros, tabelas e figuras complementares	84

1- Apresentação

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do artº 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das Decisões Normativas TCU nº 154 e 156/2016, Portaria TCU nº 59/2016 das orientações do órgão de controle interno.

O Relatório de Gestão 2016 desta Unidade Jurisdicionada-UJ apresenta-se devidamente estruturado cumprindo o dever institucional de prestar contas das suas ações aos órgãos de controle e, especialmente, à sociedade. Encontra-se estruturado nos moldes estabelecidos pela legislação supracitada, abrangendo as informações gerais sobre a gestão da Unidade Jurisdicionada, incluindo: 1) Apresentação; 2) Visão Geral da Unidade Prestadora de Contas; 3) Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional; 4) Governança; 5) Relacionamento com a Sociedade; 6) Desempenho Financeiro e informações contábeis; 7) Áreas especiais de gestão; 8) Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle e 9) Anexos e Apêndices.

No exercício em tela, deve-se considerar o contexto institucional resultante das mudanças políticas vividas no País. As atividades da Unidade Regional em face da transição. Para exemplificar, basta citar a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a vinculação do Incra à Casa Civil da Presidência da República, dentre outras. Por outro lado, o referido quadro foi agravado diante das constatações presentes nas inconsistências dispostas no Relatório nº 201408383, CGU, e das inconformidades apresentadas pelo TCU, objeto da representação da Secex/Ambiental, acolhida no Acórdão nº 775/2016, combinada com a reconsideração exposta no Acórdão nº 2451/2016. As referidas constatações provocaram solução de continuidade no processo de assentamento de novas famílias rurais e outras ações estruturantes nos assentamentos, de competência do Incra, trazendo tensões e insegurança institucional. Por isso, fez-se premente a necessidade de que o Órgão Federal, por meio de sua Superintendência Regional no Ceará, promovesse as ações e os procedimentos voltados ao saneamento das pendências. Para tanto, elaborou-se o Plano de Providências Regional do Ceará-PPR/CEdecorrente das necessidades já estabelecidas no Plano de Providências do Incra Nacional, para atender às determinações da CGU e do TCU, no que diz respeito aos procedimentos de auditorias públicas e análises procedidas no âmbito dos Órgãos de Controle, que têm revelado, em todas as unidades da federação, indícios de desconformidades nos processos administrativos de admissão dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária-PNRA, política pública redistributiva do Governo Federal sob a responsabilidade do Incra. O referido PPR define os objetivos, a metodologia de trabalho e as ações necessárias ao saneamento das pendências e vem sendo monitorado mensalmente. Trata-se, portanto, da principal atividade realizada pela Unidade Regional em 2016, considerando a sua relevância como pré-requisito para o desbloqueio das famílias no âmbito das ações da Reforma Agrária.

Outras atividades relevantes merecem destaque. É o caso da retomada das ações de Assistência Técnica-ATES, atingindo um quantitativo de famílias de 11.731 famílias. A Unidade Jurisdicionada-UJ manteve o desempenho favorável na análise de convênios, cujo passivo foi reduzido de forma significativa intensificando a análise das prestações de contas das convenientes de modo a evitar passivos. Em 2016, foram analisadas 22 prestações de contas e aprovados sete convênios. Encaminhou-se para Tomada de Contas Especial-TCE no exercício, cinco convênios.

Reiteram-se aqui, as dificuldades enunciadas no RG 2015, o que impactou em várias ações.

Além disso, persistem problemas relacionados com a baixa capacidade operacional da UJ para execução de várias atividades, No âmbito dos assentamentos reitera-se o quadro de estiagem como dificuldade, visto que o mesmo se manteve no exercício em tela, em face do desafio para a subsistência e a manutenção do patrimônio das famílias.

2- Visão geral da unidade prestadora de contas

2.1- Identificação da unidade

Incra

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Quadro 1 - Identificação da UJ

Poder e órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de vinculação: Casa Civil da Presidência da República		Código SIORG: 2837
Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)		
Natureza jurídica: Autarquia		CNPJ: 00375972/0004-03
Principal atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Código SIORG: 1799	Código LOA: 9201	Código SIAFI: 373045
Contatos		
Telefones/fax: (85) 3299.1303/(85) 3482.3309		
Endereço postal: Av. Américo Barreira 4700, Bairro Bela Vista, CEP 60.440-092, Fortaleza-CE		
Endereço eletrônico: imprensa@fla.incra.gov.br		
Página na internet: www.incra.gov.br		
Unidades gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI		Nome
Não se aplica a UJ		Não se aplica a UJ
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI		Nome
Não se aplica a UJ		Não se aplica a UJ

3- Planejamento organizacional e resultados

3.1- Planejamento e resultados alcançados

3.1.1- Plano Estratégico do Incra-Objetivo 1

i. Descrição

Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade

Quadro 2 - Plano Estratégico do Incra-Objetivo 1

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de famílias com crédito instalação ou equivalente concedido	Famílias	4.159	130
Número de famílias atendidas com assistência técnica	Famílias	12.319	12.319
Número de famílias atendidas com projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas (Terra Sol)	Famílias	0	0
Número de famílias beneficiadas com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento	Famílias	0	0
Número de créditos instalação supervisionados	Créditos Supervisionados	4.596	571
Número de assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental	PA	40	45
Número de assentamentos com licença ambiental protocolada	PA	0	0
Número de assentamentos com regularização ambiental requerida pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR	PA	20	291
Número de profissionais com bolsa de capacitação e formação profissional em assistência técnica	Trabalhador escolarizado	210	196
Número de profissionais com capacitação técnica e formação profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional formado	153	115
Número de trabalhadores rurais atendidos pelo PRONERA, nas ações de Educação de Jovens e Adultos -EJA	Trabalhador escolarizado	573	573

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

O resultado das principais ações revela avanços e dificuldades nos estágios de implantação. Na Ação Crédito Concedido, ressalta-se que, do quantitativo da meta de 4.159 famílias, um total de 3.659 eram na modalidade de Crédito Fomento Mulher. Considerando o Acórdão nº 775/2016, combinado com a reconsideração exposta no Acórdão nº 2451/2016 ambos do TCU, as atividades ficaram paralisadas de abril a outubro, sendo retomados em outubro, no entanto, muitos beneficiários encontravam-se bloqueados. Nesse sentido, a UJ trabalhou nestes desbloqueios o que prejudicou a liberação dos créditos no exercício. Entretanto, mesmo assim, foram atendidas 130 famílias na Modalidade Apoio Inicial. No programa Terra Sol, ação considerada estruturante para o desenvolvimento dos projetos de assentamento, a UJ, apesar de não haver meta definida no exercício em questão, conveniou com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário-SDA/GEC, no município de Parambu, a implantação de um abatedouro misto que beneficiará 242 famílias em três projetos de assentamento. No aspecto das ações direcionadas à questão de Regularização Ambiental, manteve-se o bom desempenho, onde foram requeridas regularização de 291 projetos de assentamento. Ressalta-se que a UJ está com os 422 projetos de assentamento regularizados no âmbito do Cadastro Ambiental Rural-CAR. Quanto às licenças protocoladas foram estabelecidas reuniões com o órgão ambiental do Estado resultando na publicação de normativo estadual, com base na resolução CONAMA nº 458/2012, isentando os projetos de assentamento da obrigatoriedade de licenciamento ambiental. Devido ao êxito nas negociações, a UJ deixou de protocolar estas licenças. As ações de ATER representam uma conquista importante, pois, trata-se de uma ação transversal e decisiva para a qualificação dos assentamentos. Inicialmente, envolvendo 3.644 famílias, foram acrescidas outras 8.087 famílias, perfazendo um total de 11.731 famílias atendidas. Outra ação de grande impacto refere-se à infraestrutura, onde foram assinados quatro convênios para atender 307 famílias e uma emenda parlamentar para atender 72 famílias. Entretanto, ressalta-se que estava previsto o recebimento de cinco obras referentes a exercícios anteriores, que já foram concluídas, mas, não foram emitidos os seus termos de recebimento. O Programa de Educação-Prónera vem, ao longo dos anos, capacitando um número significativo de beneficiários, tanto na Educação de Jovens e Adultos-EJA, bem como nas ações em parceria com as universidades que estão apresentando resultados reconhecidos nacionalmente.

Finalmente quanto à supervisão do crédito, que ficou bastante prejudicada resultante do bloqueio instituído no âmbito do Acórdão nº 775/2016, combinado com a reconsideração exposta no Acórdão nº 2451/2016 ambos do TCU, somente 12% da meta foi alcançada.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2016	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Apesar das dificuldades impostas pelo Acórdão nº 775/2016, combinada com a reconsideração exposta no Acórdão nº 2451/2016 ambos do TCU, considera-se que os resultados obtidos nestes indicadores do objetivo descrito acima, foram em geral positivos, a exemplo da ATER, da Educação no Campo, da Gestão Ambiental e da expedição do CAR e da Infraestrutura, que apesar do não recebimento das obras, deu início a novos convênios.	O Planejamento Estratégico da Autarquia adota as diretrizes estratégicas definidas pelo MDA, elaboradas com base no PPA do Governo Federal. No âmbito do Incra/Sede, as Diretorias Finalísticas, juntamente com as Superintendências Regionais definem o alinhamento àquele planejamento na construção e execução dos quantitativos publicados por ocasião do Caderno de Metas. Entretanto, entende-se que as atividades desenvolvidas em 2016 terão reflexo positivo nos resultados previstos doravante.	O Caderno de Metas ainda não prevê metas para longo prazo.

3.1.2 - Plano Estratégico do Incra-Objetivo 2

i. Descrição

Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso de terra e dos recursos naturais.

Quadro 3 - Plano Estratégico do Incra-Objetivo 2

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR	Imóveis	15.000	16.005
Número de imóveis rurais com fiscalização cadastral realizada	Imóveis	0	0
Número de sistemas cadastrais e cartográficos mantidos	Imóveis	0	0
Número de hectares de terras devolutas da União diagnosticados	ha	0	0
Número de imóveis rurais georreferenciados	Imóveis	4.000	3.052
Famílias atendidas com demarcação topográfica em projetos de assentamento	Famílias	1.089	1.168
Número de documentos expedidos para titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento	Documentos	517	629
Número de imóveis rurais regularizados, via direta, incluindo legitimação de posses até 100 ha nos estados RS, SC, PR, SP e MS	Imóveis	-	-
Número de imóveis rurais regularizados, via indireta	Imóveis	2.500	2.982

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

A governança da estrutura fundiária é decisiva para assegurar a sustentabilidade e garantia das atividades do meio rural, dada sua abrangência. Nesse sentido, a UJ estabeleceu estratégia de parcerias com órgão do Estado, com objetivo de ampliar o alcance desta ação.

No âmbito das Atualizações Cadastrais, obteve-se um desempenho favorável atingindo 100% da meta prevista, de 15.000 atualizações. Este resultado expressa o aperfeiçoamento da atividade através da capacitação realizada no ano anterior nas Unidades Municipais de Cadastro-UMC. Os imóveis georreferenciados resultam dos Convênios de Regularização Fundiária, Convênio INCRA/IDACE/Nº 30.000/2008 e CONVÊNIO/INCRA/IDACE/Nº 24.000/2011, cujas malhas fundiárias dos municípios envolvidos foram validadas e encaminhadas pelo Instituto de Desenvolvimento

Agrário do Ceará-IDACE, para análise técnica, por parte da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária. A UJ atingiu somente 76% da meta. Apesar de a meta ter sido estimada dentro das possibilidades de execução do convênio, ocorreram problemas operacionais no âmbito das empresas executoras e do IDACE. Na Regularização Fundiária, 2.982 imóveis rurais foram regularizados, via indireta, pelo IDACE. Os citados imóveis são objeto do Convênio INCRA/IDACE/Nº 30.000/2008 e do Convênio INCRA/IDACE/Nº 24.000/2011, apesar dos problemas destas conveniadas a UJ atingiu 119% da meta prevista tendo em vista, que a meta foi estabelecida dentro das possibilidades de execução do convênio.

A UJ tem envidado esforços no sentido de ampliar a titulação que consiste na emissão do Contrato de Concessão Uso-CCU, mediante a utilização dos esforços de trabalho das Equipes de Articulação Territorial-EAT, foram beneficiadas 629 famílias, que com isso poderão ter acesso às políticas públicas. Ao final do exercício, foi publicada a Nota Técnica nº01/2016 de 14 de dezembro de 2016, que estabelece uma nova rotina de emissão e entrega dos CCU aos beneficiários do Programa de Reforma Agrária.

A Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento é uma ação estruturante, a UJ adota como estratégia a execução direta, consistindo basicamente na demarcação dos perímetros dos projetos de assentamento, bem como a demarcação de áreas de reserva legal. No exercício foram atendidas respectivamente, 533 e 635 famílias totalizando 1.168 famílias. Quanto ao indicador número de imóveis rurais com fiscalização cadastral realizada, ressalta-se que a UJ só fiscaliza imóveis atingidos pela IN 77, de 23 de agosto de 2013, cuja ocorrência é muito baixa. Em relação ao indicador número de sistemas cadastrais e cartográficos mantidos na base, essa ação é desenvolvida pelo Incra/Sede, junto ao Serpro e, refere-se basicamente na manutenção/atualização dos dados cadastrais, assim, não existe meta e execução. Em relação ao número de hectares de terras devolutas da União diagnosticados, este indicador não se aplica nesta UJ.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2016	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Considera-se que os resultados obtidos nestes indicadores do objetivo descrito acima obtiveram avanços, considerando o alcance das metas, nas ações de: Atualizações Cadastrais no Sistema Nacional de Cadastro Rural-SNCR; famílias atendidas com Demarcação Topográfica em Projeto de Assentamento, Imóveis Rurais Regularizados e Titulação.	O Planejamento Estratégico da Autarquia adota as diretrizes estratégicas definidas pelo MDA, elaboradas com base no PPA do Governo Federal. No âmbito do Incra/Sede, as Diretorias Finalísticas, juntamente com as Superintendências Regionais definem o alinhamento àquele planejamento na construção e execução dos quantitativos publicados por ocasião do Caderno de Metas. Entretanto, entende-se que as atividades desenvolvidas em 2016 terão reflexo positivo nos resultados previstos doravante.	O Caderno de Metas ainda não prevê metas para longo prazo.

3.1.3- Plano Estratégico do Incra-Objetivo 3

i. Descrição

Promover a democratização do acesso a terra, com ações de reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.

Quadro 4 - Plano Estratégico do Incra-Objetivo 3

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Área total de imóveis vistoriados	ha	5.090,0000	5.643,8724
Número de imóveis com estudo de cadeia dominial elaborado	Imóveis	4	4
Número de famílias assentadas	Famílias	207	19
Número de hectares indenizados nos pagamentos de indenização inicial em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	ha	0	0
Número de hectares indenizados nos pagamentos de indenização complementar em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	ha	0	0
Número de parcelas ou unidades familiares dos projetos de assentamento da Reforma Agrária supervisionada (laudo entregue)	Lotes/Parcelas	550	1.308

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

No tocante às ações que compõem este objetivo, a UI atuou de forma uniforme no alcance das metas estabelecidas. Contudo, sofreu solução de continuidade face ao bloqueio instituído no âmbito do Acórdão nº 775/2016, combinado com a reconsideração exposta no Acórdão nº 2451/2016 ambos do TCU. Foram vistoriados dois imóveis que resultou em 100% da meta prevista. Ressalta-se que estes imóveis, quando da desapropriação, deverão criar novas vagas para famílias agricultoras. O Estudo da Cadeia Dominial assegura respaldo jurídico aos imóveis que estão em processo de desapropriação, atingiu-se 100% da meta estabelecida.

Quanto ao assentamento das famílias só foi possível assentar 19 famílias, pois, tratava de trabalhos, realizados nos meses de janeiro, fevereiro e março, portanto, antes do Acórdão TCU Nº 775/2016 de abril de 2016, que bloqueou o assentamento de novas famílias.

Em 2016, buscou-se ampliar a oferta de novas vagas, assim, foi criado um novo projeto de assentamento, o PA Cajueirinho/Pedra Branca no município de Marco, com 1.074,8367 ha, com capacidade para assentar 17. Foi ainda reconhecido um projeto estadual, o PE Terra e Esperança, localizado no município de Aracati, com 613,2380 ha, e capacidade de assentar 14 famílias. Ressalta-se que no exercício foram enviados a Brasília, solicitação para decretação de dois imóveis com capacidade para assentar 38 famílias, além de existirem três processos já decretados aguardando pagamento.

Na busca de soluções aos indícios apontados pelo Acórdão, TCU Nº 775/2016, foi instituído um Grupo de Trabalho para elaborar um Plano de Providência Regional-PPR no sentido de sanear as irregularidades apontadas naquele instrumento. Assim, recursos foram alocados na ação de Supervisão Ocupacional em Projeto de Assentamento o que proporcionou intensos trabalhos, culminando com o alcance das metas em 138%, superando a meta estipulada.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2016	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Considera-se os resultados obtidos nos indicadores do objetivo descrito acima, positivos, a exemplo das ações de Vistoria e Avaliação, Elaboração de Estudo de Cadeia Dominial e Supervisão Ocupacional. Apesar do Acórdão, TCU Nº 775/2016, impossibilitar avanços na ação de Assentamento de Famílias, a UJ entende, que os apontamentos contidos neste, ajudaram a qualificar os trabalhos desenvolvidos na Autarquia.	O Planejamento Estratégico da Autarquia adota as diretrizes estratégicas definidas pelo MDA, elaboradas com base no PPA do Governo Federal. No âmbito do Incra/Sede, as Diretorias Finalísticas, juntamente com as Superintendências Regionais, definem o alinhamento àquele planejamento na construção e execução dos quantitativos publicados por ocasião do Caderno de Metas. Entretanto, entende-se que as atividades desenvolvidas em 2016 terão reflexo positivo nos resultados previstos doravante.	O Caderno de Metas ainda não prevê metas para longo prazo.

3.1.4 - Plano Estratégico do Incra - Objetivo 4

i. Descrição

Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade

Quadro 5 - Plano Estratégico do Incra- Objetivo 4

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher	Famílias	3.659	0
Número de mulheres beneficiárias com ATER	Famílias	-	2.932

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Com a dificuldade de desenvolver os trabalhos de emissão de contratos de crédito em 2015, esperava-se para o exercício de 2016, emissão massiva de contratos crédito, especificamente na modalidade do Crédito Mulher. Entretanto, com a decisão contida no Acórdão, TCU Nº 775/2016, impossibilitou-se avanços na ação. Contudo, ao final do exercício, com a edição do Acórdão nº 2451/2016, foram retomados os trabalhos. Desta forma, esperam-se resultados significativos para 2017. Em observância ao que preconiza a chamada pública de ATER, a UJ através das contratadas acompanha diversas políticas voltadas para as mulheres como, por exemplo, os quintais produtivos, feiras agroecológicas e encontros de formação de mulheres.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2016	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Esperava-se para o exercício de 2016, emissão massiva de contratos crédito, na modalidade Crédito Mulher, entretanto, não foi possível concretizar. Todavia, a UJ, sabe da importância de promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental no meio Rural.	O Planejamento Estratégico da Autarquia adota as diretrizes estratégicas definidas pelo MDA, elaboradas com base no PPA do Governo Federal. No âmbito do Incra/Sede, as Diretorias Finalísticas, juntamente com as Superintendências Regionais definem o alinhamento àquele planejamento na construção e execução dos quantitativos publicados por ocasião do Caderno de Metas. Entretanto, entende-se que as atividades desenvolvidas em 2016 terão reflexo positivo nos resultados previstos doravante.	O Caderno de Metas ainda não prevê metas para longo prazo

3.1.5- Plano Estratégico do Incra - Objetivo 5

i. Descrição

Promover o acesso dos Povos e Comunidades Tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etnodesenvolvimento.

Quadro 6 - Plano Estratégico do Incra- Objetivo 5

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Área total de imóveis vistoriados ¹	ha	180,0000	13,3338
Número de hectares reconhecidos em portarias de reconhecimento de territórios quilombolas	ha	3571,8388	2604,7188
Número de Relatórios Antropológicos de comunidades remanescentes de quilombos concluídos	Relatório	-	2
Número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas publicados	RTID	2	1
Número de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) de comunidades quilombolas emitidos.	Famílias	0	0
Número de documentos expedidos para titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento.	Documento	-	-
Número de títulos definitivos de comunidades quilombolas emitidos Número de imóveis rurais regularizados, via indireta	Título	0	0
Número de hectares indenizados aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas	ha	0	0

¹ Vistoria e avaliação de imóveis de ocupantes não quilombolas. Ação 210Z-PO/04.

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Em 2016 foi vistoriado um imóvel no Território Quilombola de Alto Alegre e Base (Horizonte e Pacajus/CE), perfazendo uma área total de 13,3338 ha, representando 7,4% da meta prevista. Entretanto não foi possível cumprir a meta em virtude dos técnicos terem sido impedidos de concluir a Vistoria dos imóveis do Território Quilombola Três Irmãos, por resistência dos proprietários, que exigiram mandado judicial para liberarem o acesso a seus imóveis. Em relação ao quantitativo de área reconhecida em Portaria, totalizou 2.604,7188 ha, relativos às comunidades quilombolas de Minador e Boqueirão da Arara. Não foi possível atingir a meta prevista de 3.571,8388 ha, em

virtude da demora no julgamento dos recursos ao RTID da Comunidade Sítio Veiga (área de 967,1200 ha), prevista para publicação de portaria.

Foi publicado um Relatório Antropológico e concluído um na Comunidade de Córrego dos Lús (Acarau/CE). No caso da meta de RTID publicado atingiu-se apenas 50%, com a publicação do relatório da Comunidade de Água Preta (Tururu/CE), devido à falta de recursos financeiros para publicação do RTID da Comunidade de Córrego dos Lús. Ressalta-se que se encontram em elaboração os RTIDs das comunidades de Carcará (Potengi/CE) e Cumbe (Aracati/CE).

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2015	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Os trabalhos relativos à ação dos territórios quilombolas obedecem, em geral, várias etapas até a conclusão do trabalho final da ação, que culmina com a sua titulação. Assim, os resultados obtidos nestes indicadores do objetivo descrito acima, foram em geral positivos, principalmente no que diz respeito às avaliações dos imóveis inseridos nos dois Territórios Quilombolas decretados em 2013; a conclusão de Relatório Antropológico na Comunidade de Córregos dos Lús (Acarau/CE); Continuação dos trabalhos de elaboração de dois RTIDs nas comunidades de Carcará (Potengi/CE) e Cumbe (Aracati/CE) e, ainda, a publicação de duas portarias de reconhecimento em 2016.	O Planejamento Estratégico da Autarquia adota as diretrizes estratégicas definidas pelo MDA, elaboradas com base no PPA do Governo Federal. No âmbito do Incra/Sede, as Diretorias Finalísticas, juntamente com as Superintendências Regionais definem o alinhamento àquele planejamento na construção e execução dos quantitativos publicados por ocasião do Caderno de Metas. Entretanto, entende-se que as atividades desenvolvidas em 2016 terão reflexo positivo nos resultados previstos doravante.	O Caderno de Metas ainda não prevê metas para longo prazo

3.1.6- Plano Estratégico do Incra- Objetivo 6

i. Descrição

Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade

Quadro 7 - Plano Estratégico do Incra- Objetivo 6

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
Número de jovens assentados (até 29 anos)	-	-	5

ii. *Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação*

O Incra não adota meta específica para jovens assentados, pois as metas para as UJ são definidas somente para o assentamento de famílias em geral. Entretanto, foram assentadas no exercício, 5 famílias pertencentes a este grupo, compreendendo 26,3% do total das famílias assentadas.

iii. *Resultados estratégicos previstos*

Curto prazo 2016	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Apesar do baixo número de famílias assentadas, o percentual de 26,3% das famílias pertencente ao grupo de jovens de até 29 anos, é considerado pela UJ como satisfatório.	O Planejamento Estratégico da Autarquia adota as diretrizes estratégicas definidas pelo MDA, elaboradas com base no PPA do Governo Federal. No âmbito do Incra/Sede, as Diretorias Finalísticas, juntamente com as Superintendências Regionais definem o alinhamento àquele planejamento na construção e execução dos quantitativos publicados por ocasião do Caderno de Metas. Entretanto, entende-se que as atividades desenvolvidas em 2016 terão reflexo positivo nos resultados previstos doravante.	O Caderno de Metas ainda não prevê metas para longo prazo

3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos

Caracterização		Prestação de contas de convênios vigentes		
Quantidade de convênios vigentes	8	Prestadas	Dentro do prazo	0
			Fora do prazo	0
Total de valores repassados R\$	5.890.786,52	Não prestadas	Dentro do prazo	0
			Fora do prazo	0

i. *Providências e cronograma para cumprimento dos prazos*

A UJ adota como providências para cumprimento dos prazos estabelecidos pelas portarias interministeriais nº 127/2008 e nº 507/2011, notificação, por ofício, as convenientes para apresentação das prestações de contas no prazo estabelecido. Quando as prestações de contas não são apresentadas no prazo estipulado, conforme portarias interministeriais e notificações, as convenientes são registradas como inadimplentes no sistema SICONV/SIAFI. Estas providências foram efetivas para apresentação das prestações de contas por parte das convenientes.

Os 8 convênios vigentes encerram-se depois de 2016, com provável prestação de contas em 2017, caso a vigência não seja prorrogada.

3.3- Desempenho operacional

3.3.1- Ordenamento da Estrutura Fundiária

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Quadro 8: Ações do Macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução Física e Orçamentária

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und) Sistema mantido (und)	15.000	16.005	112.045,00	143.372,20	117.530,62	113.593,57	113.593,57	3.937,05
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Imóvel/Posse Regularizado (und)	-	-	-	-	-	-	-	-
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	2.500	2.982	122.020,00	165.702,20	102.198,24	102.198,24	102.198,24	0,00
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Área Diagnosticada (ha)	4.000	3.052	35.709,00	54.499,50	39.319,91	38.948,87	38.948,87	371,04

210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (há)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	3.571,838	2.604,718	77.645,00	108.644,74	99.633,33	99.633,33	99.633,33	0,00
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	0	0	0,00	30.046,11	27.215,19	0,00	0,00	27.215,19

Quadro 9: Ações do Macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Resto a Pagar

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural - PO01	Atualização Cadastral (und)	-	-	18.617,60	0,00	16.593,55	2.024,05
2105	Regularização Fundiária - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural - PO2	Atualização Cadastral (und)	-	0	0,00	0,00	0,00	0,00
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	-	0	0,00	0,00	0,00	0,00
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	-	0	4.200.205,50	0,00	1.515.086,67	2.685.118,83
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	-	0	0,00	0,00	0,00	0,00
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	-	0	18.000,00	0,00	18.000,00	0,00

210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	-	0	2.830,92	0,00	0,00	2.830,92
------	--	------------------------	---	---	----------	------	------	----------

Análise

Na Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural foram atualizados no SNCR, 16.005 imóveis, representando 106,70% da meta prevista. Contribuiu, significativamente, para o cumprimento da meta prevista, o desenvolvimento de ações complementares por parte da Divisão de Ordenamento, que culminaram na implantação de 15 novas Unidades Municipais de Cadastramento-UMC; 30 renovações de Termo de Cooperação Técnica-TCT, com as Prefeituras Municipais; e a capacitação de 60 servidores em toda rede de Unidades Municipais de Cadastramento-UMC, no Estado. Essas atividades estratégicas buscaram, dentre outros objetivos, a continuidade da integração com as UMC e a divulgação junto aos Cartórios de Registros de Imóveis e demais entidades do novo processo de Certificação de Imóveis Rurais, com a utilização do SIGEF.

Na Ação 210U - Georreferenciamento da Malha Fundiária/Regularização Fundiária de Imóveis Rurais-Regularização indireta foram georreferenciados 3.052 imóveis rurais, através dos Convênios: INCRA/IDACE/Nº 30.000/2008 e INCRA/IDACE/Nº 24.000/2011. Esse quantitativo representa, somente, 76,3% da meta prevista, que era de 4.000 imóveis. Ainda, quanto à Regularização Fundiária indireta, obteve-se, 2.982 imóveis regularizados, representando 119,28% da meta prevista, que era de 2.500 imóveis. Tal fato se deu em virtude do distrato, no mês de julho de 2016, do Convênio INCRA/IDACE/Nº 24.000/2011, bem como a pouca quantidade de produtos validados pela equipe técnica do IDACE, no Convênio INCRA/IDACE/Nº 30.000/2007.

Em relação ao Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional, através de execução direta, pelo Incra, foram georreferenciados três imóveis, todos Projetos de Assentamento Federais, com uma área total de 5.123,1933 ha. Todos esses imóveis foram devidamente certificados.

Também foram certificados através do Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF, 536 imóveis, totalizando 196.444,5400 ha, quantidade essa bastante superior ao que foi certificado em 2015. Tal fato está diretamente associado aos trabalhos de divulgação e esclarecimento, junto aos Cartórios de Registro de Imóveis, por parte de técnicos do Comitê de Certificação. Também foi realizada auditoria em 31,22 % da área dos imóveis certificados em 2015, perfazendo um total de 15 imóveis e 33.854,7240ha.

Na Ação 210Z- No Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Território Quilombolas, executaram-se as seguintes atividades: publicação de um Laudo Antropológico e conclusão de um Laudo Antropológico da Comunidade de Córrego dos IUS (Acaraú/CE); publicação de um Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID - Comunidade Água Preta (Tururu/CE), correspondente a 50,0% da meta; trabalhou-se ainda no acompanhamento e monitoramento de dois RTID em elaboração das comunidades de Carcará (Potengi/CE) e Cumbe (Aracati/CE); e publicação de duas portarias de reconhecimento de Território Quilombola, das comunidades de Minador (Novo Oriente/CE) e Boqueirão da Arara (Caucaia/CE), totalizando 2.604,7188ha, correspondente a 72,92% da meta, que era de 3.571,8388ha, entretanto, a meta não foi atingida tendo em vista demora no julgamento de recurso ao RTID da comunidade de Sítio Veiga (Quixadá/CE) com área de 967,1200ha.

Destaca-se, também, a realização de uma reunião da Mesa Estadual Permanente de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária dos Territórios Quilombolas. Ainda, promoveram-se ações visando à participação do maior número de entidades possíveis, nas reuniões da Mesa Estadual Permanente de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária dos Territórios Quilombolas no Ceará. Houve, também, a participação de técnicos da Coordenação Quilombola do Incra/CE, em duas reuniões realizadas pela CEPPIR-Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Promoção da Igualdade Racial (Governo do Estado).

No tocante à avaliação dos imóveis inseridos nos Territórios Quilombolas, trabalhou-se no ano de 2016, em conjunto com a Divisão de Obtenção de Terras- SR(02)T, tendo sido avaliado um imóvel, no Território Quilombola da Comunidade de Alto Alegre/Base(Horizonte/Pacajus), com uma área total de 13,3338ha, correspondente a 7,4% da meta prevista. Importante ressaltar que foram iniciados os trabalhos de avaliação do Território Quilombola, Três Irmãos, com área total de 2.964,9400ha, localizado no município de Croatá/CE. Entretanto, não foi concluído em função de impedimentos por parte dos proprietários, que não liberaram seus imóveis, exigindo mandado judicial para a realização dos trabalhos.

Quanto às indenizações, não houve pagamento no ano de 2016, porém existem três processos ajuizados no referido ano totalizando uma área de 24,1566 ha, equivalente a R\$ 27.215,19.

Outra atividade importante é a emissão das Declarações de Aptidão-DAP Quilombola. Foi trabalhada a integração com a Divisão de Desenvolvimento-SR(02)D, que atendeu a toda demanda apresentada, tendo sido emitidas quatro DAP Quilombola.

Quanto à execução financeira, destaca-se a ação de Regularização Fundiária de Imóveis Rurais, que pagou o montante de R\$ 1.515.086,67, referente à 2ª parcela do CONVÊNIO/INCRA/IDACE/Nº 24.000/2011, visando à execução do Programa de Regularização Fundiária em 41 municípios do Estado do Ceará. Ficando inscrito em resto a pagar o montante de R\$ 2.685.118,83.

ii. Demonstração do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da superintendência em base cartográfica

Rendimento na análise de processos de certificação de imóveis rurais durante o exercício de 2016		
Processos protocolados		
Estoque inicial de processos protocolados até 2016		1053
Processos protocolados em 2016	+	4
Processos analisados em 2016	-	4
Estoque final de processos protocolados em 2016	=	1053
Processos analisados		
Estoque inicial de processos analisados até 2016 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)		49
Processos analisados em 2016	+	4
Processos arquivados em 2016 (a)	-	0
Processos certificados em 2016 (b)	-	4
Estoque final de processos analisados até 2016 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)	=	49
Processos concluídos		
Processos arquivados em 2016 (a)	+	0
Processos certificados em 2016 (b)	+	4
Total de processos concluídos (a + b)		4

Análise

Tendo em vista que esta tabela representa os processos de certificação protocolados e analisados através do Sistema Nacional de Cadastro Rural-SNCI, ressalta-se que após a implantação do Sistema de Gestão Fundiária-SIGEF praticamente não houve mais processos de certificação abertos nesta UJ. Esses processos abertos são referentes à PA que se encontravam aptos a serem certificados, mas, havia pendências, assim não era possível certificá-los.

Atualmente todos os processos de certificação são realizados com base no SIGEF.

Ressalta-se que as atividades de Cartografia desenvolvidas pela UJ, estão voltadas, na sua maioria, para o acompanhamento, supervisão e monitoramento do Programa de Regularização Fundiária, que vem sendo executado pelo IDACE em convênio com o Incra(CONVÊNIO/INCRA/IDACE/Nº 30.000/2008 e CONVÊNIO/INCRA/IDACE/Nº 24.000/2011). Essas

atividades estão direcionadas para a atuação do Comitê Regional de Certificação de Imóveis Rurais, quando da análise dos processos de certificação. Assim sendo, destaca-se:

1. Demonstração do grau de conhecimento da Malha Fundiária, na jurisdição da Superintendência Regional, em base cartográfica, que foi elaborada em ambiente CAD (software MicroStation) e recentemente migrada para o Sistema de Informações Geográficas-SIG (Quantum GIS) sendo composta da seguinte forma:

- Imóveis Certificados- Contempla todos os imóveis que foram certificados até dezembro de 2016, com 986 certificações realizadas pelo SNCI-Sistema Nacional de Certificação de Imóveis e 824 certificações realizadas pelo SIGEF-Sistema de Gestão Fundiária, totalizando 1.810 imóveis certificados;
- Imóveis Vistoriados - É composto por todos os imóveis vistoriados até dezembro de 2016, totalizando 547 em 2016 imóveis;
- Projetos de Assentamento - Até dezembro de 2016 foram criados 415 projetos;
- Territórios Quilombola - Foram identificados até dezembro de 2016, 16 territórios quilombolas;
- Imóveis adquiridos pelo Crédito Fundiário/IDACE;
- Áreas de Reserva Legal dos Projetos de Assentamento: 638 áreas, totalizando 181.345 ha.
- Imóveis objeto dos Convênios de Regularização Fundiária - Estes imóveis são resultantes da ação de georreferenciamento objeto de todos os convênios celebrados entre INCRA/IDACE, totalizando 173.323 imóveis.

2. Estratégia de atuação e programação para atendimento da exigência legal de certificação gratuita, de que tratam o § 3º do art. 176 e o § 3º do art. 225 da Lei nº 6.015/1973.

A estratégia de atuação para atendimento a essa exigência legal encontra-se configurada através do processo de georreferenciamento por varredura dos municípios, que está sendo executado por força dos convênios firmados entre Incra e IDACE, para a Regularização Fundiária de imóveis até quatro módulos fiscais, onde são detectados os imóveis contemplados pela legislação supracitada. O IDACE fornece as peças técnicas destes imóveis ao Incra, para fins de certificação e posterior regularização junto aos Cartórios de Registro de Imóveis-CRI.

3. Planejamento da atuação da UJ para georreferenciamento do passivo de imóveis existentes em seu patrimônio, destacando o número desse passivo, custos, rendimento na execução dos serviços e previsão para 2016

Contabiliza-se 415 projetos de assentamentos, sendo que, até 2015, somente 231 projetos foram georreferenciados através de empresas que participaram de processo licitatório. Para o restante dos Projetos de Assentamento, a grande maioria terá o levantamento da malha fundiária levantada pelo IDACE para fins de georreferenciamento dos mesmos. Aqueles que não forem contemplados, o processo de georreferenciamento dos mesmos deverá ser feito por execução direta.

iii. Demonstração dos resultados das atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos Territórios Quilombolas empreendidas pela superintendência.

As metas estabelecidas para a ação de Regularização de Territórios Quilombolas contemplam atividades desde o início dos trabalhos de campo, ou seja, da elaboração do RTID de cada território quilombola, com a instrução processual, em suas diversas fases, visando à decretação

de interesse social para fins de Regularização Fundiária dos respectivos territórios, com a consequente avaliação dos imóveis inseridos nesses territórios, objetivando a titulação definitiva dos mesmos. Assim, foram executadas no exercício as seguintes atividades:

- Avaliação de um imóvel no Território Quilombola de Alto Alegre e Base (Horizonte e Pacajus/CE), perfazendo uma área total de 13,3338 ha, representando 7,4% da meta. Entretanto, não foi possível cumprir a meta em virtude dos técnicos terem sido impedidos de concluir a Vistoria dos imóveis do Território Quilombola Três Irmãos(Croatá/CE), com uma área de 2.946,9400 ha, por resistência dos proprietários, que exigiram mandado judicial para liberarem o acesso a seus imóveis. Quanto às indenizações, não houve pagamento no ano de 2016, porém temos três processos ajuizados no referido ano totalizando uma área de 24,1566 ha, equivalente a R\$ 27.215,19.
- Instrução processual que culminou no reconhecimento através de portarias de 2.604,7188 ha, relativos às comunidades quilombolas de Minador(Novo Oriente/CE) e Boqueirão da Arara(Caucaia/CE). Não foi possível atingir a meta prevista de 3.571,8388 ha, em virtude da demora no julgamento dos recursos ao RTID da Comunidade Sítio Veiga (área de 967,1200 ha), prevista para publicação de portaria.
- Instrução processual que culminou na conclusão de um Relatório Antropológico - Córrego dos Lús (Acarau/CE). No caso da meta de RTID publicado atingiu-se apenas 50%, com a publicação do relatório da Comunidade de Água Preta (Tururu/CE), devido à falta de recursos financeiros para publicação do RTID da Comunidade de Córrego dos Lús. Ressalta-se que se encontram em elaboração os RTID das comunidades de Carcará (Potengi/CE) e Cumbe (Aracati/CE).
- Instrução processual que culminou na Publicação de um RTID - Comunidade Água Preta(Tururu/CE) correspondendo 50% da meta prevista. Devido à falta de recursos financeiros para publicação do RTID da Comunidade de Córrego dos Lús(Acarau/CE).
- O processo de regularização de territórios quilombolas é bastante complexo e, na maioria das vezes, o prosseguimento não depende apenas do esforço dos servidores do Incra, mas, do empenho de outros órgãos. Assim, visando dar celeridade ao procedimento e solucionar eventuais entraves produzidos ao longo do processo, a Superintendência Regional, orientada pelo Incra Sede instituiu, em setembro de 2013, uma Mesa Estadual Permanente de Acompanhamento da Política de Regularização de Territórios Quilombolas, com o objetivo de identificar, discutir e encaminhar soluções sobre a regularização quilombola, envolvendo diversos órgãos governamentais e comunidades quilombolas. Foi realizada, em 2016, apenas uma reunião da Mesa Quilombola, com a participação de diversas entidades envolvidas na temática.

iv. Principais atividades de controle do Gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

As atividades de gestão envolvem a operacionalização e o controle dos seguintes sistemas:

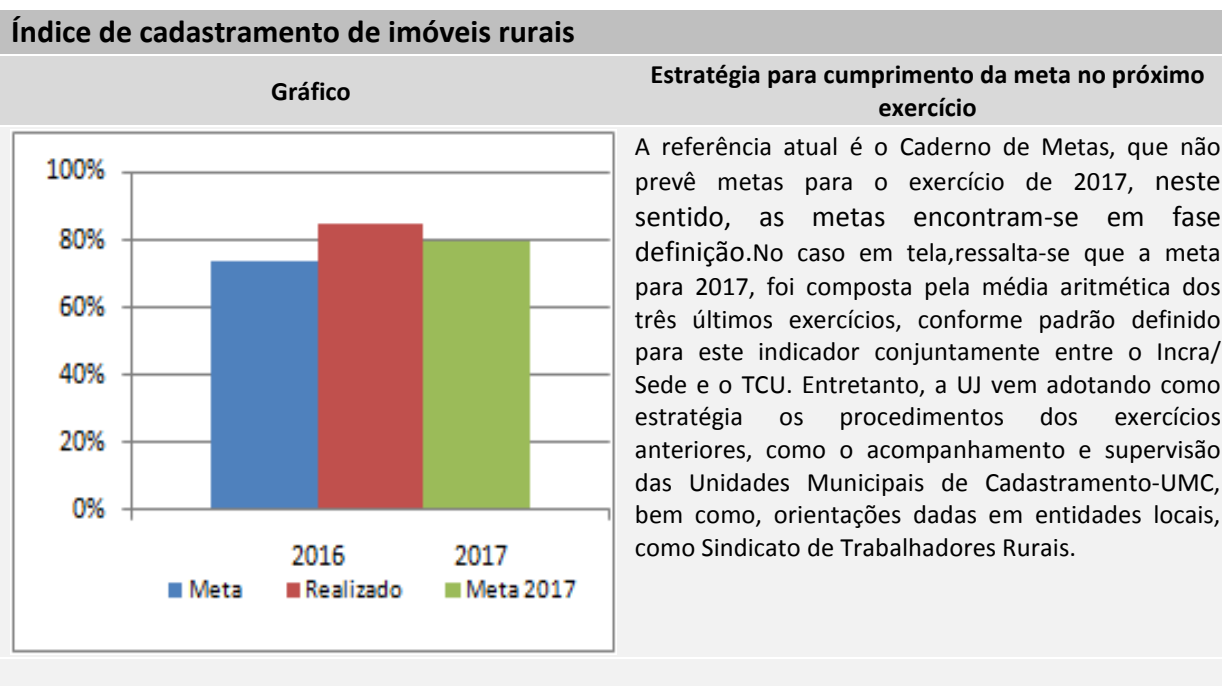
- **Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR** - Permite o acompanhamento e gerenciamento de todas as atualizações cadastrais processadas pelo sistema. Permite, também, o controle de operações envolvendo a inibição de atualizações cadastrais para imóveis com caracterização predefinidas, através da utilização de filtros de comando. Também, é possível se fazer auditoria de atualizações de imóveis, bem como da utilização do sistema, por usuário;

- **Sistema Nacional de Certificação de Imóveis-SNCI** - Permite o acompanhamento, monitoramento e controle de todos os processos de certificação de imóveis rurais. Esse sistema vem sendo substituído paulatinamente pelo Sistema de Gestão Fundiária-SIGEF, que foi implantado no final do exercício de 2013;

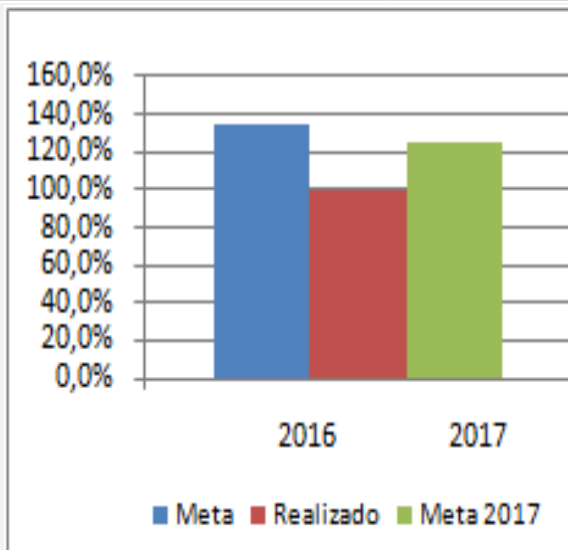
- **Sistema Nacional de Aquisição de Terras por Estrangeiros-SISNATE** - Permite o acompanhamento, monitoramento e controle das aquisições de terras por estrangeiros.

- **Relatórios de gerenciamento literal e gráfico enviados pelo IDACE** - Extraídos do seu banco de dados específico, que permitem o monitoramento e acompanhamento das atividades relacionadas com a execução do Programa de Regularização Fundiária, objeto de convênios com aquela instituição.

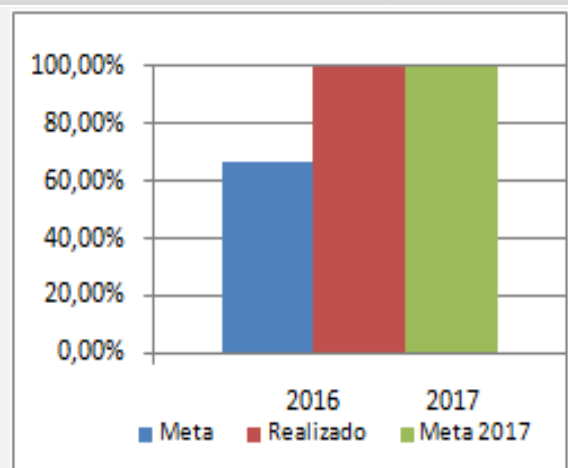
v. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela UJ no Ordenamento da Estrutura Fundiária, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício



Índice de análise de processos de certificação de imóveis

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício												
 <table><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th><th>Meta 2017</th></tr></thead><tbody><tr><td>2016</td><td>130,0%</td><td>100,0%</td><td>120,0%</td></tr><tr><td>2017</td><td>120,0%</td><td>100,0%</td><td>120,0%</td></tr></tbody></table>	Ano	Meta	Realizado	Meta 2017	2016	130,0%	100,0%	120,0%	2017	120,0%	100,0%	120,0%	A referência atual é o Caderno de Metas, que não prevê metas para o exercício de 2017. No caso em tela, ressalta-se que o Incra não especifica este indicador em seu caderno de metas. Entretanto, observa-se que a meta para 2017, fora do Caderno de Metas, foi composta pela média aritmética dos três últimos exercícios, conforme padrão definido para este indicador conjuntamente entre o Incra/Sede e o TCU. Ressalta-se, porem que após a implantação do Sistema de Gestão Fundiária-SIGEF, praticamente não houve mais processos de certificação aberto nesta UJ. Assim, Atualmente todos os processos de certificação ocorrem através do SIGEF.
Ano	Meta	Realizado	Meta 2017										
2016	130,0%	100,0%	120,0%										
2017	120,0%	100,0%	120,0%										

Índice de regularização fundiária

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício												
 <table><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th><th>Meta 2017</th></tr></thead><tbody><tr><td>2016</td><td>65,00%</td><td>100,00%</td><td>100,00%</td></tr><tr><td>2017</td><td>100,00%</td><td>100,00%</td><td>100,00%</td></tr></tbody></table>	Ano	Meta	Realizado	Meta 2017	2016	65,00%	100,00%	100,00%	2017	100,00%	100,00%	100,00%	A referência atual é o Caderno de Metas, que não prevê metas para o exercício de 2017, neste sentido, as metas encontram-se em fase definição. No caso em tela,ressalta-se que a meta para 2017, foi composta pela média aritmética dos três últimos exercícios, conforme padrão definido para este indicador conjuntamente entre o Incra/Sede e o TCU. Entretanto, a UJ vem adotando como estratégia para a execução desta ação a execução indireta, através dos convênios INCRA/IDACE/Nº 30.000/2008 e INCRA/IDACE/Nº 24.000/2011.
Ano	Meta	Realizado	Meta 2017										
2016	65,00%	100,00%	100,00%										
2017	100,00%	100,00%	100,00%										

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

vi. Demonstração da atuação da superintendência na regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal

Este item deve ser preenchido apenas por Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste

Demonstração da análise de processos de regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal	
Estoque inicial de processos protocolados em 2016	
Processos protocolados em 2016	+
Analisados em 2016	-
Estoque final	=
Planejados para atuação em 2016	

Análise

Como o processo de titulação dos imóveis atendidos pela regularização fundiária é realizado pelo Governo do Estado através do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará-IDACE, não há abertura de processos de regularização destes imóveis nesta Superintendência Regional.

vii. Demonstração da atuação da Superintendência na regularização de imóveis rurais do Programa Terra Legal

Este item deve ser preenchido pela Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Demonstração da análise de processos de regularização de imóveis rurais incluídos no Programa Terra Legal	
Processos planejados para 2016	
Processos analisados em 2016	
Planejados para atuação em 2016	

Análise

Não se aplica a esta UJ

3.3.2- Obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Quadro 10: Ações do Macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários/Implantação de Projetos de Assentamento - Execução Física e Orçamentária

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria Realizada (ha)	5.090,000	5.643,872	200.000,00	236.870,00	213.936,78	212.664,95	212.664,95	1.271,83
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família Assentada (und)	207	19	60.000,00	70.700,00	19.715,55	16.635,55	16.635,55	3.080,00
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0	0,00	352.812,82	352.644,46	0,00	0,00	352.644,46
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	40	45	40.000,00	40.000,00	26.000,00	26.000,00	26.000,00	0,00
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	Licença protocolada	0	0	60.000,00	50.000,00	37.370,89	37.370,89	37.370,89	0,00

Quadro 11: Ações do Macroprocesso Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento - Execução de Restos a Pagar

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria Realizada (ha)	0	0	15.360,47	0,00	14.320,00	1.040,47
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família Assentada (und)	0	0	14.504,49	0,00	13.421,33	1.083,16
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0	878.883,75	441.955,34	302.464,65	134.463,76
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Regularização Ambiental de Assentamento	Licença protocolada	0	0	4.500,00	0,00	587,16	3.912,84

Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

Análise

No exercício de 2016, no âmbito da SR(02)T, foram vistoriados os imóveis Fazenda Védica País Maharishi-Paraíso, localizada nos municípios de Aracati e Jaguaruana, e a Fazenda Valparaíso, localizada no município de Tianguá, totalizando uma área de 5.643,872ha, representando uma execução de quase 111% sobre os 5.090ha da meta estipulada. Ressalta-se que a UJ, trabalhou ainda, na atualização dos estudos de Análise de Mercados de Terras do Estado do Ceará, que tem como objetivo a elaboração e manutenção de um cadastro atualizado de dados sobre o mercado de terras na UJ. Foram obtidos 720 amostras de negócios realizados e ofertas de imóveis rurais de 167 diferentes municípios do Ceará.

Também procedeu-se a trabalhos de Adjudicação de imóveis rurais com dívida com a União. Foram elencados os imóveis com mais de 15 módulos fiscais, sendo realizados trabalhos de campo para a coleta de registros e certidões dos imóveis escolhidos e o registro dos dados da geolocalização dos imóveis alvos desta ação.

Para a execução dos trabalhos da ação de Vistoria e Avaliação, foram planejados recursos da monta de R\$ 328.000,00 para viabilizar, além das ações supracitadas, o acompanhamento de perícias judiciais, a coleta de documentos cartoriais, serviços da procuradoria, atualização de dados dos imóveis rurais em posse do Incra para fins de registro no SPIUnet e para a titulação de assentamentos, a criação de quatro novos projetos de assentamento, entre outras ações que ficaram prejudicadas pelo fato do Incra/Sede autorizar somente R\$ 236.870,00, recurso bem aquém do planejado para esta Divisão. Observa-se que foram inscritos em Restos a Pagar R\$ 352.644,46 referente a ação de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária, este recurso foi empenhado para pagamento de benfeitorias no PA Marrecas no Município de Amontada.

Destaca-se que no exercício foi criado um projeto de assentamento, o PA Cajueirinho e Pedra Branca, no município de Marco, com área de 1.074,8387 ha, com capacidade para beneficiar 17 famílias. Foi ainda reconhecido um projeto estadual, o PE Terra e Esperança, localizado no município de Aracati, com 613,2380 ha, e capacidade de assentar 14 famílias. Ressalta-se que no exercício foram enviados a Brasília, solicitação para decretação de dois imóveis com capacidade para assentar 38 famílias, além de existirem três processos já decretados aguardando pagamento. Esta ação consumiu recursos da ordem de R\$ 302.445,67 para pagamento de benfeitorias levantadas no imóvel rural, que estavam inscritos em restos a pagar. Em relação ao montante de R\$ 134.463,76 é parte do recurso para pagamento das benfeitorias do imóvel rural Lagoa de Dentro, localizado no município de Itapipoca.

A Divisão de Obtenção de Terras é responsável pela elaboração de Cadeia Dominial de Imóveis, no exercício foi elaborada cadeia dominial de quatro imóveis rurais, alvos das vistorias e avaliações. Trabalhou-se também no acompanhamento de uma perícia judicial.

A ação de Cadastro e Seleção foi duramente afetada devido à publicação resultante do bloqueio instituído no âmbito do Acórdão nº 775/2016, combinado com a reconsideração exposta no Acórdão nº 2451/2016 ambos do TCU, que inviabilizou o cadastramento, seleção e a homologação de famílias acampadas, candidatas e de famílias que iriam substituir vagas nos projetos de assentamento já criados, prejudicando o atingimento da meta de assentar 207 famílias. Observa-se que esta ação consumiu recursos da ordem de R\$ 16.635,55, 23,5 % da provisão recebida. Quanto aos Restos a Pagar, foram gastos R\$ 13.421,33 para a realização de cadastros de famílias para o PA Cajueirinho e Pedra Branca e cadastramento de famílias acampadas no estado do Ceará.

A Ação de Gestão Ambiental caracteriza-se por ser uma ação continuada, sendo seus trabalhos focados principalmente na valorização dos ativos florestais existentes em áreas de reforma agrária. No momento procura-se acompanhar e colaborar com os parceiros no limite das nossas atribuições institucionais. Em relação aos projetos de manejo florestal, apesar das dificuldades de ordem operacional, financeira e burocrática, os mesmos tiveram avanços significativos, como vemos a seguir: dos 13 planos de manejo financiados com recursos do Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal, todos encontram-se com autorização de execução pelo Órgão Estadual de Meio Ambiente e parte destes, encontram-se em plena execução. Com relação aos 11 planos de manejo, oriundos da Chamada Pública FNDF/FNMC Nº 01/2012, já foram aprovados pelo Órgão Ambiental do

Estado do Ceará e encontram-se em execução. E os 20 planos de manejo, oriundos da Chamada Pública FNDF/FNMC Nº 05/2013, encontram-se em fase de análise final pelo Órgão Estadual de Meio Ambiente.

Em relação aos recursos financeiros disponibilizados para o desenvolvimento dessa ação, foram empregados no monitoramento e valorização dos ativos para fins do manejo florestal.

Destaca-se a importância desta ação para os projetos de assentamento, pois os Planos de Manejo Florestal são excelentes instrumentos de geração de renda e, em consequência, criam melhores condições para a permanência das famílias nesses projetos.

No tocante à Ação de Licenciamento Ambiental, destacam-se os esforços empreendidos pelo Serviço de Meio Ambiente desta UJ. Em inúmeras reuniões realizadas com o Órgão Estadual de Meio Ambiente, tendo como enfoque a necessidade da adoção dos procedimentos estabelecidos na Resolução CONAMA nº 458/2013, ou seja, a dispensa de licenciamento de projetos de assentamento de reforma agrária, estabelecendo que sejam passíveis de licenciamento apenas as atividades agrossilvopastoris e os empreendimentos de infraestrutura desenvolvidos no interior dos assentamentos, mediante procedimento simplificado (Art.3º § 1º).

Considerando a edição da Resolução CONAMA nº 458, de 16 de julho de 2013, que estabeleceu novos procedimentos para licenciamento ambiental de projetos de assentamento, o Órgão Estadual de Meio Ambiente, veio, após inúmeras reuniões, adotar no ano de 2015, os procedimentos estabelecidos na referida Resolução, por meio da Resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Ceará-COEMA nº 17, de 08 de outubro de 2015, que isenta de licenciamento ambiental os projetos de assentamento de reforma agrária, seus beneficiários, suas associações e demais agricultores familiares. A edição da Resolução do COEMA, que traz além da diminuição de custos com pagamento de taxas de licenciamento, maior celeridade do processo de obtenção de terras e a eliminação da possibilidade de geração de passivo administrativo para o Incra e consequentemente aos beneficiários do programa de reforma agrária.

Considerando a edição da Resolução COEMA nº 17/2015 não foi necessário protocolar requisições de licenças ambientais (Licença Prévia-LP e Licença de Instalação e Operação-LIO) no exercício de 2016.

Os recursos financeiros destinados a esta ação foram utilizados em vistorias técnicas para definição/adequação de áreas de reserva legal de projetos de assentamento, visando atender ao Cadastro Ambiental Rural-CAR e às demais exigências legais e ambientais.

No tocante à regularização ambiental em projetos federais de assentamento, informamos que foi realizada a renovação do Termo de Execução Descentralizada-TED, entre o Incra e a Universidade Federal de Lavras-UFLA, que permitiu a inscrição de todas essas áreas sob jurisdição desta UJ no CAR.

ii. Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

Dentre as estratégias utilizadas pela UJ, destaca-se o instrumento das Rotas de Obtenção, que identifica áreas com potencial para a implantação de projetos de assentamento, mostrando as fontes de recursos hídricos, políticas públicas, dentre outras variáveis que possam alavancar atividades dos assentamentos rurais, além de fazer cruzamentos de informações de grandes propriedades rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural-SNCR. A UJ também mantém relação com outras instituições, como o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará-IDACE e a Coordenação de Crédito Fundiário no Ceará-COCREDE, na indicação de áreas úteis para reforma agrária.

Com todo o aparato técnico de prospecção de terras para reforma agrária, ainda prevalece à vistoria oriunda das demandas por imóveis rurais dos movimentos sociais, associações de agricultores e Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

iii. Demonstração da atuação da UJ na gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatadas

Em 2016, a UJ desapropriou um imóvel, Cajueirinho e Pedra Branca, localizado no Município de Marco-CE. A equipe de vistoria não detectou degradação ambiental em Áreas de Reserva Legal-ARL ou aptas para a delimitação de uma ARL, nem em Áreas de Preservação Permanente-APP neste imóvel, entretanto, este não possuía área de reserva legal definida em cartório. Diante desse fato, o Setor de Meio Ambiente desta UJ deverá determinar uma área de reserva legal com maior relevância ambiental que reúna uma cobertura vegetal com maior densidade de espécies nativas da região do imóvel, devendo depois incluir as informações do referido imóvel no Cadastro Ambiental Rural-CAR.

iv. Estratégia para regularização ambiental dos projetos de assentamento e resultados no exercício, no âmbito da superintendência regional

A UJ vem adotando como estratégia, no que se refere à regularização ambiental em projetos de assentamento, a inscrição desses imóveis no CAR, viabilizada pelo Termo de Execução Descentralizada-TED, entre o Incra e a Universidade Federal de Lavras-UFLA, ficando a Universidade responsável pela inscrição de todos os assentamentos do Brasil no Cadastro Ambiental Rural-CAR. Em relação a esta UJ, ressalta-se que foram inscritos no CAR, todos os projetos federais de assentamento sob sua jurisdição. Atualmente, encontra-se em fase de verificação das informações cadastrais e cartográficas dos projetos de assentamento e caso se constate divergência entre as informações constantes do CAR e os dados atualizados da nossa base, gera-se novos arquivos que são enviados a UFLA para ser processada a devida retificação.

Com relação aos projetos de assentamento recém criados é feita a vistoria técnica em campo para identificação da localização das áreas de reserva legal, sua definição ou adequação, quando necessária, e de outras áreas sob restrição legal, no sentido de atender à legislação ambiental e ao CAR. Em sequência são repassadas as informações cadastrais e cartográficas a UFLA, para que ela faça a inscrição desses imóveis no CAR.

v. Estratégia do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia

Não se aplica a esta UJ

vi. Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados

Cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados no exercício de 2016 e anteriores para fins de registro

Deliberação acórdão 557/2004 - TCU-Plenário - item 9.2.6

Ação a ser implementada	Total de imóveis	Prazo para implementação	Responsável pela implementação
Registro dos imóveis adquiridos por Compra e Venda - Dec.433/92	5	31/dez/2017	Div. Obtenção/PFE/Div. Administração
Registro dos imóveis adquiridos através do instituto da Desapropriação e que estão registrados em nome do Incra	5	31/dez/2017	Div. Obtenção/PFE/Div. Administração

Registro dos imóveis adquiridos através do instituto da Desapropriação e que estão registrados em nome do Incra	100	31/dez/2018	Div. Obtenção/PFE/Div. Administração
Registro dos imóveis adquiridos através do instituto da Desapropriação e que estão registrados em nome do Incra	300	31/dez/2019	Div. Obtenção/PFE/Div. Administração
Registro das Terras Públicas: Doação, Adjudicação, Arrecadação, Cessão Gratuita, Confisco, Dação, Discriminação, Obtenção/SPU, Escritura Pública de Doação, Incorporação, Reconhecimento, Reversão de Domínio, Transferência, Vazio e outros	5	31/dez/2017	Div. Obtenção/PFE/Div. Administração

Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da Superintendência

Conforme Decreto 433/1992

Conta contábil	Descrição	Valor (R\$) Saldo em 31/12/2016
1.2.3.2.1.04.24	IMOVEIS REGISTRADOS DESTINADOS A REFOR. AGRÁRIA	0,00

vii. Estratégia de atendimento do público-alvo da reforma agrária

Após a instituição das portarias MDA nº 5, 6 e 7 de janeiro de 2013 e suas recentes alterações, com a Portaria MDA Nº 243/2015 e a Instrução Normativa INCRA Nº 83/2015a dinâmica de desapropriação tomou uma nova dimensão, tornando muito mais ágeis os processos envolvidos na vistoria de imóveis rurais para fins de reforma agrária.

Os imóveis rurais vistoriados após a edição das portarias e normativos passaram a ter um procedimento muito mais enxuto com o envolvimento do Incra/Sede, que passou a ser responsável pelas consultas sobre o interesse dos demais órgãos da administração pública federal sobre as áreas alvos de vistoria, diminuindo assim o tempo de tramitação dos processos administrativos dentro das superintendências regionais.

Apesar das alterações nas portarias e normativos, houve alguns imprevistos pelo Incra/Sede que acabaram recolhendo os recursos orçamentários para pagamento das benfeitorias de imóveis como as Fazendas Tingui, Trapiá e Lagoa dos Bois Tunísia, que deveriam ser desapropriadas ainda em 2016, e, por falta de recursos financeiros, a Sede não disponibilizou recursos para viabilizar a criação dos respectivos Projetos de Assentamentos oriundos destes imóveis.

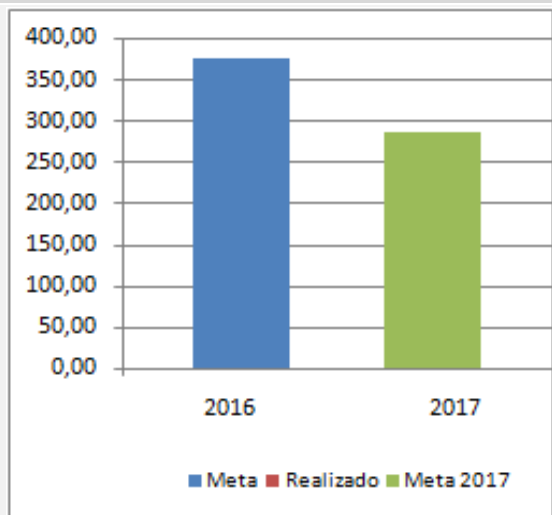
viii. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

A Divisão de Obtenção de Terras da UJ está dividida de acordo com suas atividades fins, com os núcleos auto-gestores. Portanto, as informações relativas à realização e o planejamento dessas atividades fim são elaboradas e acompanhadas tanto pela equipe gestora quanto com o chefe da divisão. O monitoramento das ações é realizado a partir de ferramentas como o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária-SIPRA, Sistema de Informações Rurais-SIR e o Sistema Nacional de Cadastro Rural-SNCR que auxiliam no fornecimento de dados e informações para subsidiar os trabalhos da divisão.

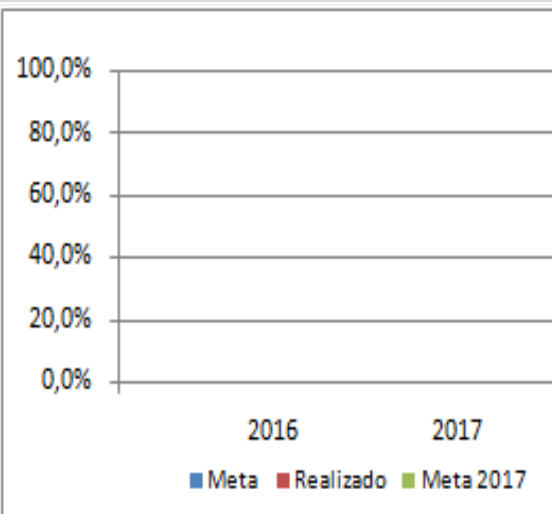
ix. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

A análise deve ser elaborada incluindo no mínimo os seguintes indicadores:

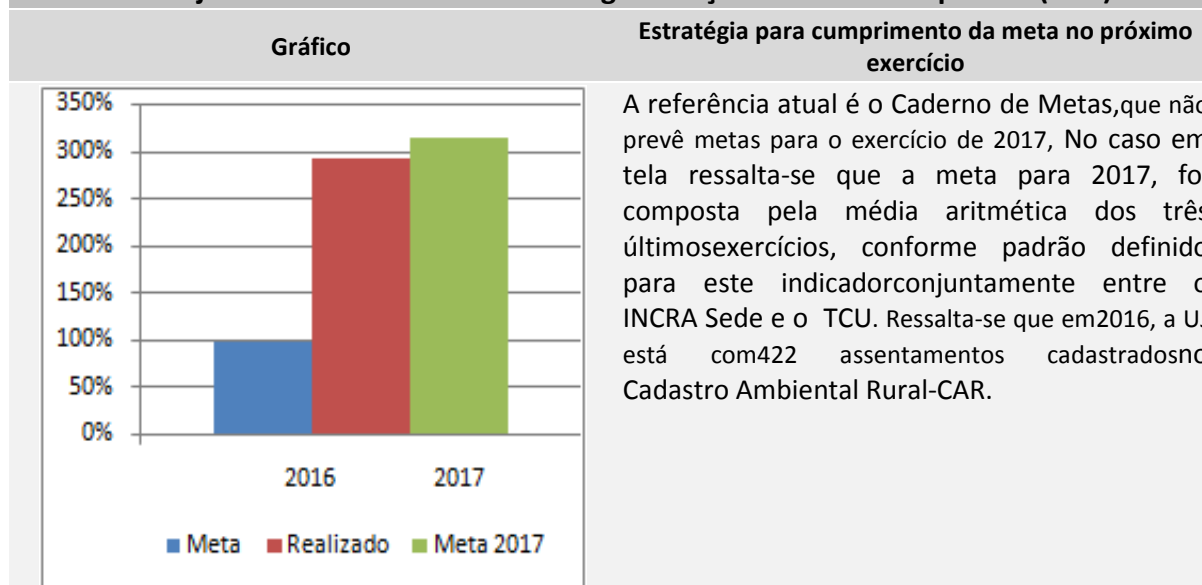
Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício												
 <table><caption>Dados do Gráfico: Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)</caption><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th><th>Meta 2017</th></tr></thead><tbody><tr><td>2016</td><td>~380,00</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td>2017</td><td>-</td><td>-</td><td>~290,00</td></tr></tbody></table>	Ano	Meta	Realizado	Meta 2017	2016	~380,00	-	-	2017	-	-	~290,00	A referência atual é o Caderno de Metas, que não prevê metas para o exercício de 2017, neste sentido, as metas encontram-se em fase de definição. No caso em tela observa-se que a meta para 2017, foi composta pela média aritmética dos três últimos exercícios, conforme padrão definido para este indicador conjuntamente entre o Incra Sede e o TCU.
Ano	Meta	Realizado	Meta 2017										
2016	~380,00	-	-										
2017	-	-	~290,00										

Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício												
 <table><caption>Dados do Gráfico: Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento</caption><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th><th>Meta 2017</th></tr></thead><tbody><tr><td>2016</td><td>100,0%</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td>2017</td><td>-</td><td>-</td><td>100,0%</td></tr></tbody></table>	Ano	Meta	Realizado	Meta 2017	2016	100,0%	-	-	2017	-	-	100,0%	O Conselho Estadual de Meio Ambiente-COEMA editou a Resolução COEMA Nº 17/2015, que isenta de licenciamento ambiental os projetos de assentamento de reforma agrária, seus beneficiários, suas associações e demais agricultores familiares. Considerando a edição da resolução supracitada, não foi necessário protocolar requisições de licenças ambientais (LP e LIO) no exercício de 2016 e nos próximos exercícios.
Ano	Meta	Realizado	Meta 2017										
2016	100,0%	-	-										
2017	-	-	100,0%										

Índice de Projetos de Assentamento com regularização ambiental requerida (CAR)



A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

x. Relatório consolidado da situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício

Este item deve ser preenchido apenas pelas Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal (exceto Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal).

Não se aplica a esta UJ

3.3.3- Desenvolvimento de projetos de assentamento

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Quadro 12: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	12.319	12.319	10.091.500,00	8.962.163,91	8.962.163,91	2.556.921,57	2.412.749,59	6.405.242,34
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	4.159	130	12.177.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento PO08	Obra Iniciada (famílias)	0	379	0,00	5.000.500,00	5.000.500,00	0,00	0,00	5.000.500,00

211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento – PO08	Obra Concluída (famílias)	0	0	90.870,00	133.680,00	103.468,50	103.468,50	103.468,50	0,00
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	0	0	70.450,00	1.070.450,00	1.032.756,93	32.756,93	32.756,93	1.000.000,00
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	4.596	571	28.828,00	46.828,10	44.113,39	44.113,39	44.113,39	0,00
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	550	19	108.322,00	471.980,48	269.999,24	269.999,24	269.999,24	0,00
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	1.086	1.168	31.771,00	118.450,00	40.591,48	40.591,48	40.591,48	0,00
	Titulação,	Documento expedido	517	629	30.000,00	147.000,00	62.652,38	48.051,94	48.051,94	14.600,44

211A	Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	(famílias)								
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	573	573	30.910,00	47.759,60	30.201,49	30.201,49	30.201,49	0,00
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	153	115	19.950,00	4.950,00	4.946,34	4.946,34	4.946,34	0,00
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	210	196	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro 13: Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução de Restos Apagar

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária – PO02	Atendimento com ATES (famílias)	0	0	13.551.293,16	0,00	3.564.351,43	9.986.941,73
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária – PO03	Atendimento com ATES (famílias)	0	0	21.416,71	0,00	21.416,71	0,00
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	0	0	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra concluída (famílias)	0	0	6.749.327,04	0,00	4.490.027,04	2.259.300,00
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	0	0	445.794,69	0,00	445.794,69	0,00

211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	0	0	3.091,08	0,00	3.091,08	0,00
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	0	0	1.616,71	0,00	1.384,60	232,11
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	0	0	12.330,00	0,00	12.330,00	0,00
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	0	0	15.400,00	0,00	15.400,00	0,00
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	0	573	359,18	0,00	278,97	80,21
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	0	0	716.569,18	0,00	713.946,53	2.622,65

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
------	--	-------------------------------	---	---	------	------	------	------

ii. Diagnóstico do déficit de infraestrutura em projetos de assentamento

O setor de Infraestrutura busca minimizar o passivo de projetos de infraestrutura hídrica existentes como reserva técnica, no exercício de 2016. Esse passivo totaliza 27 obras, sendo oito obras de construção de açudes, 19 obras de recuperação de açudes e quatro obras de construção de sistemas de abastecimento de água, o que beneficiaria 2.253 famílias assentadas em 27 assentamentos federais do Incra/CE, em 18 municípios do Estado do Ceará. Para a execução desses empreendimentos seria necessária a disponibilização de recursos da ordem de R\$ 9.203.660,97, o que não foi concretizado, visto haver a prioridade por parte do Governo Federal da execução de obras de infraestrutura viária nos assentamentos da UJ.

Quanto à execução de obras de eletrificação rural a UJ não realizou nenhuma atividade, pois, o atendimento demandado pelas famílias assentadas no Programa Luz para Todos, compete ao ministério das Minas e Energia e ao Governo do Estado do Ceará, através do Comitê Gestor do Programa Luz para Todos-PlpT.

Em relação à execução de obras de construção e recuperação de estradas vicinais de acesso e internas aos assentamentos federais, a UJ continuou mantendo a mesma estratégia já utilizada nos exercícios anteriores, celebrando Convênios junto às Prefeituras Municipais no Estado do Ceará.

iii. Demonstração das estratégias e resultados da Supervisão de Projetos de Assentamento

A supervisão ocupacional dos projetos de assentamento sob a responsabilidade desta UJ é feita nas Unidades Produtivas Familiares-UPF, portanto, uma atividade prioritariamente de campo, através das Equipes de Articulação Territorial-EAT, de acordo com o território em que atuam. Adota-se essa estratégia com o objetivo de maximizar os recursos financeiros e potencializar a atuação das EAT nos territórios. No exercício em tela as ações de Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento foram impactadas pelos termos dos Acórdãos 775 e 2451/2016/TCU, que impuseram o direcionamento dos esforços na solução dos indícios de irregularidade apontados. Não obstante, os esforços nesta ação resultaram na supervisão de 2.130 unidades familiares, com resultado de 1.308 Relatórios Circunstanciados.

iv. Demonstração das estratégias e resultados voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento

1. Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas

Na Ação Crédito Concedido, ressalta-se que, do quantitativo da meta de 4.159 famílias, um total de 3.659 eram na modalidade de crédito Fomento Mulher. Considerando do Acórdão nº 775/2016, combinado com a reconsideração exposta no Acórdão nº 2451/2016 ambos do TCU, as atividades ficaram paralisadas de abril a agosto, sendo retomados em outubro, no entanto, muitos beneficiários encontravam-se bloqueados. Nesse sentido, a UJ trabalhou nestes desbloqueios o que prejudicou a liberação dos créditos no exercício. Entretanto, mesmo assim, foram atendidas 130 famílias na Modalidade Apoio Inicial.

2. Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária

Nesta ação trabalhou-se inicialmente na qualificação para concessão do Novo Crédito Instalação. Esperava-se para o exercício, emissão massiva de contratos crédito, especificamente na modalidade do Crédito Mulher, entretanto considerando do Acórdão nº 775/2016, combinado com a reconsideração exposta no Acórdão nº 2451/2016 ambos do TCU, as atividades ficaram prejudicadas, assim a UJ conseguiu somente executar 12% da meta prevista. Destaca-se que a UJ, usou como estratégia de supervisão as Equipes de Articulação Territorial-EAT e as Equipes de ATER.

3. Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em projeto de assentamento

Em 2016, a UJ trabalhou em convênios de obras de recuperação de estradas. Foram celebrados um convênio com a Prefeitura Municipal de Mombaça para recuperar 27,61 Km de estradas, atendendo 85 famílias, residentes em um projeto de assentamento e, ainda, dois convênios, com a Prefeitura Municipal de Parambu, para atender 137 famílias, residentes em dois projetos de assentamento. Também foi celebrado um convênio com esta prefeitura, para obras de calçamento de vila do PA Serra do Meio, atendendo 85 famílias, beneficiando ao todo, 307 famílias assentadas. Os recursos utilizados para a execução dos objetos dos Convênios firmados somam R\$ 5.000.500,00. Os resultados deverão promover o desenvolvimento socioeconômico das famílias residentes nas comunidades e adjacências, com a melhoria da trafegabilidade da via, dando melhores condições para o escoamento da produção, transporte escolar, dos meios de atendimento médico e educação e, gerando com isso, novos postos de emprego e renda. Ressalta-se ainda que no exercício, a UJ recebeu a descentralização de recursos oriundos de Emenda Parlamentar da ordem de R\$ 300.000,00, para a aplicação em obra de estrada interna (acesso ao açude) e a recuperação de açude, no assentamento federal Altinhos/1º de Janeiro, no município de Morrinhos-CE, que beneficiarão 72 famílias. Ressalta-se que o acompanhamento e a fiscalização das obras em execução foram realizados pelo Setor de Infraestrutura desta UJ, constituído por três engenheiros designados por Ordens de Serviço do Senhor Superintendente, estando as mesmas contidas no SICONV e no Boletim de Serviços do Incra. As vistorias realizadas nas obras no exercício foram feitas de forma qualitativa e quantitativa, obedecendo ao Projeto Básico, Executivo e boletins de medições. Encontrase em execução sete obras de recuperação de estradas vicinais, totalizando 115,44 km, suficientes para beneficiar 686 famílias, residentes em quatro assentamentos federais. Cabe salientar, que as referidas obras ainda não foram recebidas pela fiscalização, tendo em vista que, por ocasião de seu recebimento, constatou-se que o objeto não estava executado de acordo com o projeto básico, havendo assim a necessidade de correções dos defeitos observados pelo corpo técnico da UJ, para viabilizar o seu recebimento. Observa-se, ainda, que os recursos utilizados para a execução dos objetos dos Convênios firmados em 2014 e 2015, são oriundos de Restos a Pagar inscritos e reinscritos em 2016, totalizando um montante de R\$ 4.490.027,04. É importante salientar que em 2016, também houve a inscrição em Restos a Pagar da obra de recuperação de estrada vicinal no município de Iracema, no assentamento Moreno, com valor de R\$2.259.300,00.

4. Agroindustrialização

Em 2016 a Equipe de Articulação da Ação Terra Sol-EA/Terra Sol deu continuidade aos trabalhos dos dois Termos de Permissão de Uso, celebrados entre o Incra, Prefeituras e entidades parceiras, objetivando o repasse de Kits Feiras para famílias assentadas. No Município de Santana do Acaraú, ressalte-se a participação da Associação dos Feirantes da Agricultura Familiar-AFAF, da Cooperativa Agropecuária da Agricultura Familiar-COOPASA, do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santana do Acaraú, do Fórum dos Assentados de Santana do Acaraú, da Incubadora IEES/UVA, e da Empresa de Assistência Técnica-Terra Três. A experiência da feira da

reforma agrária é considerada muito positiva pelos assentados. Nestas, destacam-se a diversidade de produtos expostos para a comercialização (frutas, verduras, queijo, doce, artesanato, mungunzá, caldo de cana, pastel, outros). Por outro lado, as intempéries climáticas que assolaram o sertão cearense no período, comprometeram a capacidade produtiva dos assentamentos com perdas consideráveis na produção de alimentos e comprometimento da renda das famílias assentadas. A afirmação é de que até 90% dos agricultores familiares assentados não produziram nem o suficiente para garantir a segurança alimentar. Por consequência, a efetiva utilização dos kits-feiras pelo conjunto de assentados ficou comprometida. A EA/Terra Sol enfatizou o debate e as avaliações com os beneficiários sobre a utilização e manutenção dada aos equipamentos kits-feiras da reforma agrária repassada àquelas entidades e ao cumprimento das exigências postas nos Termos de Compromissos. Considerando ainda, ser um ano de eleições Municipais o que impediu de firmar parcerias com as prefeituras tendo como objeto os projetos devidamente demandados e qualificados pela equipe gestora EA/Terra Sol.

Ao final do exercício, foi firmado convênio entre esta UJ e Secretaria de Desenvolvimento Agrário-SDA objetivando a execução de obras e serviços de engenharia na construção e instalação de um abatedouro misto, atendendo no Município de Parambu e região e aos Projetos de Assentamento Serra do Meio, Serra das Moças e Ingá Facundo, beneficiando ao todo 242 famílias, com valor de R\$ 1.000.000,00.

Ainda no mesmo exercício, foi pago um montante de R\$ 445.794,69, inscritos em restos a pagar, relativo ao convênio entre esta UJ e a Prefeitura Municipal de Sobral, objetivando a execução de obras e serviços de engenharia no projeto de assentamento Campo Grande, no referido município, para implantação de um abatedouro de aves caipira, que beneficiará 202 famílias.

5. *Assistência Técnica Especialista para agroindustrialização*
Não se aplica a UJ

6. *Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária*

Em 2011, com base na Lei nº 12.188, foram lançadas cinco chamadas públicas para a contratação de prestadores de ATER, num processo que atingiu a universalização dos serviços para todos os assentamentos do Estado do Ceará.

Diversos problemas operacionais, inclusive impossibilidade do uso do SIATER, culminaram com o encerramento de todos os contratos iniciados em 2011, após um ano de vigência.

No entanto, apesar dos contratos terem sido encerrados em 2012, um grande passivo de material para ser analisado permaneceu, pois os servidores da UJ envolvidos no programa, não tiveram condição de analisar dada a quantidade de material dos diversos contratos, que se avolumou ao longo de um ano de contrato 2011/2012. Nesse sentido, foi organizado um mutirão, reunindo servidores desta e de outras superintendências, para concluir o monitoramento dos materiais acumulados, o que só aconteceu em 2013.

Concluída esta etapa do monitoramento, seguiu-se a apuração dos valores e a definição dos procedimentos relativos à instrução de encerramento dos processos administrativos.

No exercício 2014 um grande esforço para a conclusão do trabalho de apuração de valores, que se mostrou mais complexo do que se previu inicialmente, foi empreendido. No entanto, o objetivo não foi atingido, persistindo ainda oito processos por concluir.

Dos oito processos, seis foram concluídos em 2016. Quanto aos dois restantes, há previsão para concluí-los ao longo de 2017.

Atualmente a UJ trabalha em duas Chamadas Públicas-CP de ATER vigentes. A CP 01/2013 que atende 3.644 famílias em 5 lotes e a CP 01/2014 que atende atualmente 8.087 famílias em 10 lotes. Em 2016 foi feita a renovação de cinco contratos da CP 01/2013. Sobre a CP 01/2014, foi prorrogado o prazo de três contratos, os quais foram posteriormente renovados por mais um ano. Os

demais contratos foram renovados por um ano, com exceção do lote Morada Nova que não apresentou condições para a renovação.

7. Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural

A UJ, em 2016, não executou atividades relativo a esta ação.

8. Demarcação Topográfica

Serviço de Cartografia desta UJ programou no Plano de Ação 2016, o georreferenciamento de 11 Projetos de Assentamento-PA, com alguns indicativos de consolidação pelo INCRA/Sede e de PA criados nos últimos anos, totalizando uma área de 18.049 ha e 205,00 km de poligonais, com recursos orçamentários de R\$ 58.525,50 para beneficiar 451 famílias. A medição e demarcação de 11 áreas de reserva legal de PA, com um total de área de 3.997 ha e 47,82 km de poligonais, envolvendo recursos orçamentários de R\$ 52.690,00 para beneficiar 435 famílias, sendo que os referidos PA estão localizados tanto em Territórios da Cidadania como na Jurisdição da UJ. Considerando que os recursos financeiros foram liberados a partir do mês de março, executou-se os trabalhos topográficos de georreferenciamento em 12 PA, com área de 20.212 ha e 226,50 km de poligonais em benefício de 533 famílias, e medição e demarcação de 16 áreas de reserva legal de PA, com área de 5.503 ha e 63,34 km de poligonais que beneficiaram 635 famílias, beneficiando ao todo 1.168 famílias.

Foram utilizados recursos financeiros da ordem de R\$ 40.591,48. Portanto, superou-se as metas programadas, que foram priorizadas em função da logística adotada para maximização da força de trabalho e dos recursos financeiros.

Importante destacar que a medição e demarcação topográfica de áreas de reserva legal dos projetos de assentamento, consiste na materialização destas através de picadas e cravação de marcos de concreto nos vértices das poligonais definidoras das áreas de reserva legal, utilizando equipamentos topográficos tradicionais e GPS de precisão topográfica, obedecendo ao anteprojeto elaborado previamente no Serviço de Cartografia da SR(02)/F, fundamentado nas informações levantadas em campo pelo Serviço de Meio Ambiente da SR(02)/T. Ao passo que no georreferenciamento dos perímetros dos Projetos de Assentamentos, aproveita-se as malhas das poligonais dos imóveis rurais por municípios, georreferenciados através dos convênios Incra/IDACE, ou na falta destas malhas, são levantados todos os vértices da poligonal do perímetro do PA com equipamentos GPS de precisões geodésica e topográfica para atendermos a Lei 10.267/2001 e o Decreto 4.449/2002, objetivando a certificação das peças técnicas dos Projetos de Assentamento. Adotando a metodologia para georreferenciar todo o passivo dos Projetos de Assentamento de forma gradativa e contínua, onde utiliza-se as referidas malhas georreferenciadas, executadas através dos convênios firmados entre o Incra/IDACE, dos imóveis rurais dos municípios do Estado do Ceará que foram georreferenciados por varredura, decidiu-se programar o georreferenciamento de projetos de assentamento para o exercício 2016 e demais exercícios de forma simplificada e pontual onde identifica-se antecipadamente discrepâncias com a imagem do Google Earth que são retificadas, assim como, prioriza-se a medição e demarcação de áreas de reserva legal destes PA georreferenciados e a elaboração gradativa de todas as peças técnicas dos 415 Projetos de Assentamento do Ceará. As atividades de trabalhos topográficos que são executados para o Serviço Quilombola da SR(02)/F e nas vistorias preliminares com levantamentos topográficos de imóveis rurais com fins de obtenção de terras para incorporação ao Programa de Reforma Agrária, coordenadas pela SR(02)T, não afetaram a execução dos nossos trabalhos programados nos Projetos de Assentamento, tendo em vista que não houve grande demanda daquelas atividades, que são feitas por servidores do Serviço de Cartografia da SR(02)/F, para obter dados técnicos georreferenciados “in loco” com GPS topográfico e na elaboração das peças técnicas (memoriais descritivos e plantas), através de software CAD. Considerando que do total de 415 Projetos de Assentamento no Estado do Ceará 94% não são parcelados, os georreferenciamentos são executados

somente nas poligonais dos perímetros destes PA com fins imediatos de certificação das peças técnicas e atualização cadastral, para que sejam realizados os registros nos respectivos cartórios.

9. Educação no Campo-EJA

Considerando que esta ação se caracteriza pela continuidade, a UJ manteve a execução dos convênios firmados em exercícios anteriores. Atualmente encontra-se em prestação de contas o convênio firmado com o Movimento de Educação de Base-MEB, que tinha como meta física atender a 1.200 alunos. Considerando as evasões ocorridas ao longo da execução da ação encerrou-se o exercício de 2016 com a participação de 573 alunos. Ressalta-se que não houve repasse de recursos no exercício em análise.

10. Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

A execução física no exercício de 2016 compreendeu o atendimento de 52 alunos do curso de Serviço Social do convênio entre a Universidade Estadual do Ceará-UECE e esta UJ, além dos 63 alunos do convênio firmado entre esta UJ e Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, para o curso de Licenciatura em Geografia e História. Observa-se que a UJ repassou R\$ 713.946,53 referente a estes convênios.

11. Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Esta ação está ancorada ao Termo de Execução Descentralizada de Cooperação firmado entre o Incra/Sede e o CNPq, que possibilitou o destaque orçamentário do Incra/Sede para o CNPq. Objetivando a viabilização dos cursos Residência Agrária, cursos para jovens entre 15 e 29 anos, destinados a extensão e, também, a técnicos em Residência Agrária intitulado Residência Agrária Jovem.

v. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados das informações referentes à atividade de desenvolvimento de projetos de assentamento no âmbito da SR, bem como para garantia do alinhamento da estrutura operacional da superintendência com as estratégias definidas pela direção e a regularidade normativa dos processos (atividades de conferência, revisão, auditorias internas, segregação de funções e autorizações etc.)

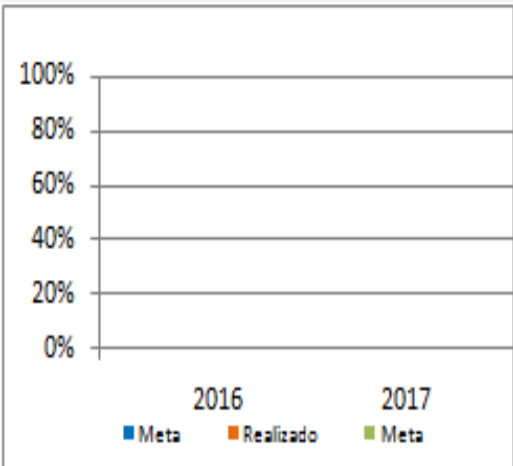
As ações da Divisão de Desenvolvimento são distribuídas entre Equipes Gestoras e EAT ligadas à chefia. Na Divisão foram constituídas Equipes Gestoras responsáveis pelo acompanhamento das ações de Infraestrutura, ATER, Crédito Instalação, Pronera, Terra Sol, Pronaf, Titulação e Arte e Cultura. As EAT são responsáveis pelo acompanhamento da execução das ações do Incra nos diferentes territórios do Estado.

Essas equipes realizam o planejamento e a co-gestão das ações subsidiando ao Gestor com informações das execuções e das estratégias para desenvolver as atividades específicas, gerando resultados satisfatórios na condução das ações da Divisão de Desenvolvimento.

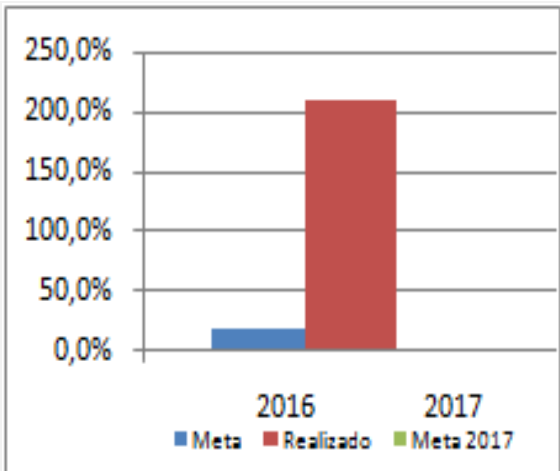
O monitoramento das ações é também realizado a partir de ferramentas como o SISPROT, SIATER, SIPRA, SIR e SNCCI que auxiliam no fornecimento de dados e informações para subsidiar os trabalhos da Divisão de Desenvolvimento.

vi. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de desenvolvimento de projetos de assentamento, contextualizado no âmbito da superintendência, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

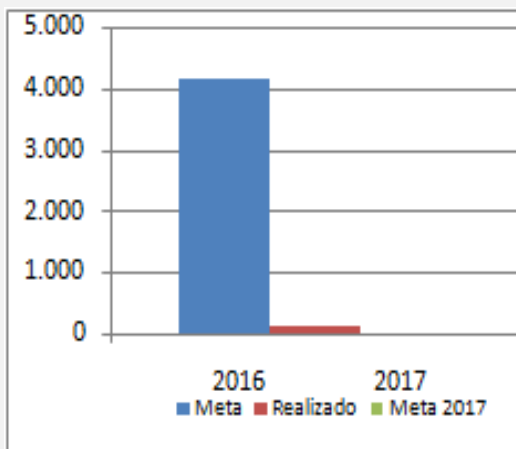
Índice de provimento de PDA/PRA

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício
	A referência atual é o Caderno de Metas, que não prevê metas para o exercício de 2017. No caso em tela ressalta-se que o Incra não especifica este indicador em seu caderno de metas. Destaca-se que estes documentos além de demorados possuem custos elevados, Assim a UJ vem analisando outras possibilidades de implantação dos planos.

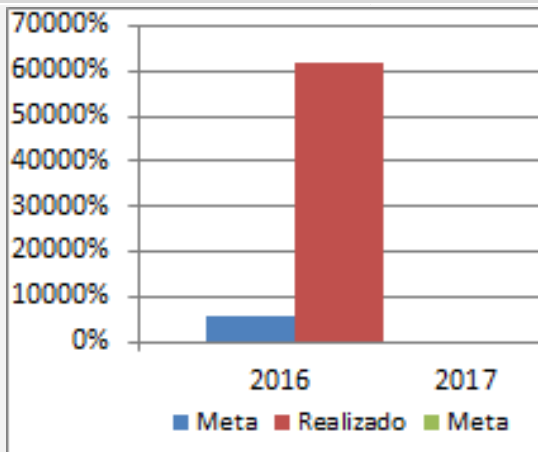
Índice de acesso à moradia nos assentamentos

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício
	No caso em tela ressalta-se que o Incra não especifica este indicador em seu caderno de metas. Considerando que dentre as atribuições atuais da UJ, não consta mais a operacionalização do Crédito Habitação, sendo atualmente atribuídas aos agentes financeiros (CEF e BB), e como executor, as entidades organizadoras. Entretanto, foram recebidas 40 obras relativas ao antigo Crédito Habitação.

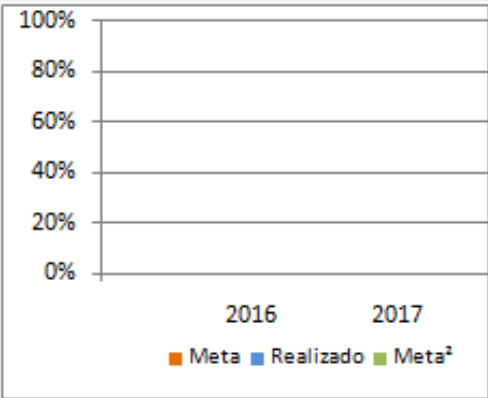
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à população

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício												
 <table><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th><th>Meta 2017</th></tr><tr><td>2016</td><td>~4.200</td><td>~4.100</td><td>-</td></tr><tr><td>2017</td><td>-</td><td>~100</td><td>~100</td></tr></table>	Ano	Meta	Realizado	Meta 2017	2016	~4.200	~4.100	-	2017	-	~100	~100	A referência atual é o Caderno de Metas, que não prevê metas para o exercício de 2017. Neste sentido as metas encontram-se em fase de definição. Entretanto, a UJ adotará como estratégia para o próximo exercício o saneamento dos indícios de irregularidades apontadas no Acórdão, TCU Nº 775/2016, que impossibilitou avanços nesta ação, bem como atuar nas demandas para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf A e A/C e o Crédito Fomento Mulher que será atendida no âmbito do serviço de ATER. Ressalta-se que UJ, no caso do Pronaf, apenas emite a Declaração de Aptidão ao Pronaf-DAP aos beneficiários em condição de acessar o crédito.
Ano	Meta	Realizado	Meta 2017										
2016	~4.200	~4.100	-										
2017	-	~100	~100										

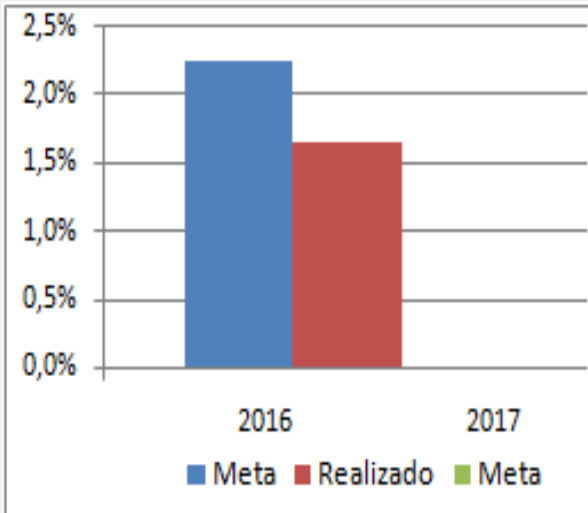
Índice de provimento de Assistência Técnica

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício												
 <table><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th><th>Meta</th></tr></thead><tbody><tr><td>2016</td><td>~5000%</td><td>~60000%</td><td>-</td></tr><tr><td>2017</td><td>-</td><td>~60000%</td><td>~5000%</td></tr></tbody></table>	Ano	Meta	Realizado	Meta	2016	~5000%	~60000%	-	2017	-	~60000%	~5000%	A referência atual é o Caderno de Metas, que não prevê metas para o exercício de 2017. Neste sentido as metas encontram-se em fase definição. Entretanto, a UJ trabalhará na busca da Universalização desta Ação, Através de Chamada Pública. Ressalta-se que esta ação envolve um volume de recursos expressivo.
Ano	Meta	Realizado	Meta										
2016	~5000%	~60000%	-										
2017	-	~60000%	~5000%										

Renda média das famílias (por amostragem) (R\$)

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício
	No caso em tela ressalta-se que o Incra não especifica este indicador em seu caderno de metas. Ressalta-se, entretanto, que no âmbito do INCRA Sede não houve orientação para estudos voltados para levantamento por amostragem da renda média dos assentados, devido dentre outros fatores a limitações Orçamentárias e a carência de pessoal.

Índice de parcelas supervisionadas

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício
	A referência atual é o Caderno de Metas, que não prevê metas para o exercício de 2017, neste sentido as metas encontram-se em fase definição. Ressalta-se que esse trabalho é realizado nas Unidades Produtivas Familiares-UPF, através das Equipes de Articulação Territorial-EAT, de acordo com o território em que atuam. Adota-se essa estratégia com o objetivo de maximizar os recursos financeiros e potencializar a atuação das EAT nos territórios

Índice de consolidação de assentamentos

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício
Gráfico de barras mostrando o Índice de consolidação de assentamentos para 2016 e 2017. O eixo Y representa a porcentagem de 0,0% a 100,0%. O eixo X mostra os anos 2016 e 2017. Há uma barra azul para a meta de 2016 (Meta) e uma barra laranja para o realizado de 2016 (Realizado). A barra verde para a meta de 2017 (Meta) não está visível, indicando 0%.	Esta ação historicamente apresenta dificuldades em sua execução por parte do Incra. Com base em normas específicas, um assentamento só pode ser consolidado após atingir uma série de pré-requisitos que contemplem as dimensões social, organizacional, econômica e ambiental e ainda garantir a auto-sustentabilidade do assentamento e das famílias ali assentadas. Estes pré-requisitos passam pela concessão de créditos às famílias, garantia de acesso à moradia e infraestrutura básica (estradas, água e energia elétrica), regularização fundiária e ambiental, acesso a educação, entre outros. Ressalta-se que foi publicada a MP 759/2016 que apresenta diretrizes objetivando a titulação do beneficiário.

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

vii. Ações destinadas ao provimento de água para consumo doméstico da superintendência

A principal ação para atendimento das famílias assentadas, com relação ao abastecimento de água potável para consumo doméstico no Ceará, trata-se do Projeto Água para Todos, do Ministério da Integração Nacional, coordenado pelo Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria de Desenvolvimento Agrário-SDA/Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais-COPPE, sendo o mesmo focado no atendimento das necessidades básicas de consumo humano.

A UJ vem trabalhando na eliminação dos passivos em infraestrutura hídrica, apresentando uma previsão de viabilizar quatro projetos técnicos, objeto de demandas das famílias assentadas através Governos Municipais. Outra importante ação do Governo Federal/Governo do Estado do Ceará/SDA/COPPE é o Programa de Cisternas de Placas, que tem por principal finalidade melhorar o acesso à água para a população de baixa renda, fortalecendo a convivência com o semiárido e garantindo melhor qualidade de vida.

Índice de acesso à água para consumo doméstico

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício
Gráfico de barras mostrando o Índice de acesso à água para consumo doméstico para 2016 e 2017. O eixo Y representa a porcentagem de 0,0% a 5,0%. O eixo X mostra os anos 2016 e 2017. Há uma barra azul para a meta de 2016 (Meta) e uma barra vermelha para o realizado de 2016 (Realizado). A barra verde para a meta de 2017 (Meta 2017) não está visível, indicando 0%.	A referência atual é o Caderno de Metas que não prevê metas para o exercício de 2017. No caso em tela ressalta-se que o Incra não especifica este indicador em seu caderno de metas, entretanto observa-se que a meta para 2016, foi composta pela média aritmética dos três últimos exercícios, conforme padrão definido para este indicador conjuntamente entre o Incra/Sede e o TCU.

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

viii. Detalhamento da atuação dos agentes de assistência técnica rural nos projetos de assentamento
Este item deve ser preenchido apenas por Superintendências da Região Sudeste e Sul.

Não se aplica a esta UJ

ix. Avaliação do cumprimento de condicionantes dos assentamentos que possuem licenciamento ambiental ordinário em vigor
Este item deve ser preenchido apenas por Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal

Não se aplica a esta UJ,

4- Governança, gestão de riscos e controles internos

4.1- Atuação da unidade de auditoria interna

Não houve atividades de auditoria interna nesta UJ no exercício.

4.2- Gestão de riscos e controles internos

4.2.1- Principais controles instituídos para garantir o alinhamento da Superintendência ao planejamento estratégico

Em 2016, instituiu-se inicialmente o Plano de Ação Emergencial para atender às necessidades de ajustes financeiros no âmbito das ações governamentais de contenção de despesas definidas no Decreto 8.700/2016. Em seguida, após a consolidação do novo governo, manteve-se o Caderno de Metas como principal instrumento instituído para garantir o controle dos objetivos estratégicos da UJ. Nele estão descritas, quantificadas e responsabilizadas todas as metas necessárias para o atingimento dos objetivos da Autarquia.

4.2.2- Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações sobre sua atuação nos registros informatizados do Incra e sistemas corporativos da administração pública

A fidedignidade das informações é objeto de controle do SIR, cuja coordenação e gestão cabe à Diretoria de Gestão Estratégica-DE e suas respectivas coordenações, de Monitoramento e Avaliação-DEA e a de Planejamento-DEP. Nas regionais, as informações são sistematicamente monitoradas mensalmente e inseridas em um módulo de acompanhamento das ações, ferramenta do referido sistema. Além desta, há o acompanhamento e publicação mensal de planilhas com as execuções físicas de algumas ações postadas na página Wiki.Incra. Outras informações também são registradas no SIAFI, SISPROT, SICONV, SIPRA, SIGEF e SNCCI. Além disso, implantou-se o atendimento no âmbito da Sala da Cidadania Digital. Esta ferramenta deverá agilizar e promover a transparência nas ações e no controle do Programa de Reforma Agrária.

4.2.3- Avaliação, pelos próprios dirigentes da Superintendência, dos controles internos administrativos instituídos na Superintendência, de acordo com os critérios descritos no item 9.1

A situação dos controles internos ficou muito próxima dos resultados obtidos e descritos no RG 2015. A Direção da UJ entende que a interlocução crescente com os Órgãos de Controle qualifica o controle das atividades, ainda, promove a celeridade e o nível das respostas demandadas daquelas instituições.

No tocante aos controles que tratam da avaliação de riscos, apresentado no Quadro 15, deste Item, a UJ ainda não consolidou ainda uma estruturação científica adequada, apesar dos esforços empreendidos pelo Incra/Sede com a criação do Grupo de Trabalho-GT, voltado para elaborar uma política de Gestão de Risco.

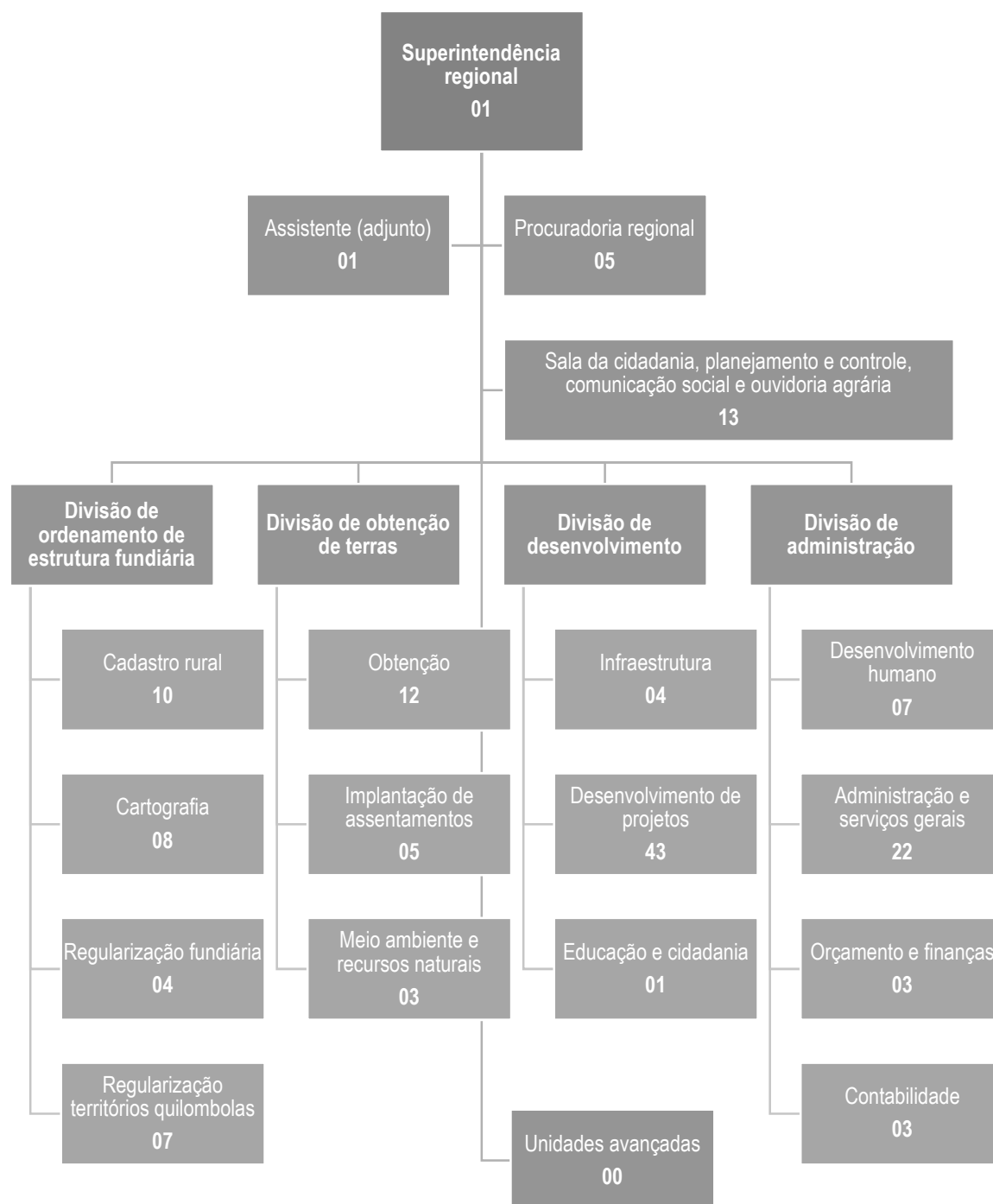
A avaliação completa dos controles internos encontra-se no item 9.1.

5- Áreas especiais da gestão

Sugere-se que este item não ultrapasse **3 páginas**.

5.1- Gestão de pessoas

5.1.1- Estrutura de pessoal da unidade



Análise da distribuição

Em 2016, a UJ teve uma pequena alteração no seu quadro de servidores em relação ao exercício de 2015, com uma redução de 5% do seu quadro, agravando o sério problema de pouco efetivo na UJ, em especial na área de Educação do Campo - Pronera, visto que atualmente só tem um servidor efetivo. Entretanto, a UJ carece de servidores para atender as principais atividades relativas à celebração, fiscalização e prestação de contas dos diversos convênios de responsabilidades desta UJ, ou seja, aqueles celebrados diretamente e aqueles celebrados a nível central onde o acompanhamento e fiscalização se dá a nível regional. É importante ainda destacar o excessivo número de servidores requisitados/cedidos para outros órgãos, seja da esfera federal ou estadual, os quais discriminamos a seguir:

- TRE/CE - 12 servidores requisitados;
- AGU/CE - 04 servidores cedidos;
- Estado de Ceará - 01 servidor cedido;
- Mestrado/Doutorado - 01 servidor;
- Licença sem remuneração - 01.

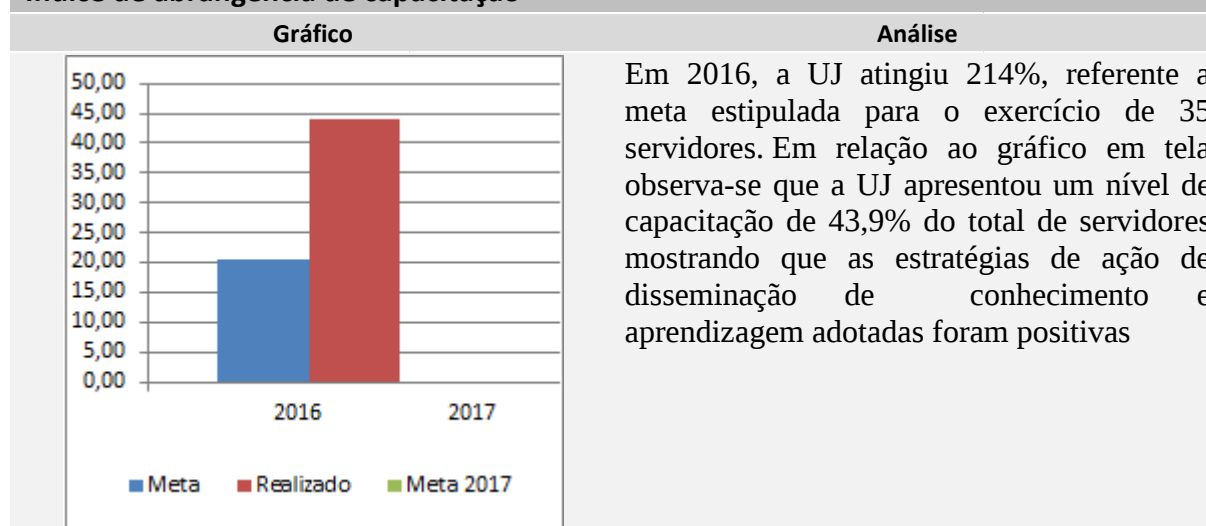
Análise da estratégia das ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

Em 2016 a UJ, adotou como estratégia de capacitação, cursos presenciais em eventos externos, congressos e feiras, tendo como resultado uma maior disseminação do conhecimento, impactando positivamente nas ações da UJ. Em 2016, foram capacitados 75 servidores perfazendo um total de 1.745hs.

A UJ apresenta ainda um espaço permanente de discussão e disseminação de conhecimento e aprendizagem constituído no âmbito da Câmara Técnica, mediante a realização de debates, proposições e esclarecimentos técnicos voltados ao aperfeiçoamento dos processos e métodos utilizados nas ações do Incra, tendo como escopo o desenvolvimento rural sustentável

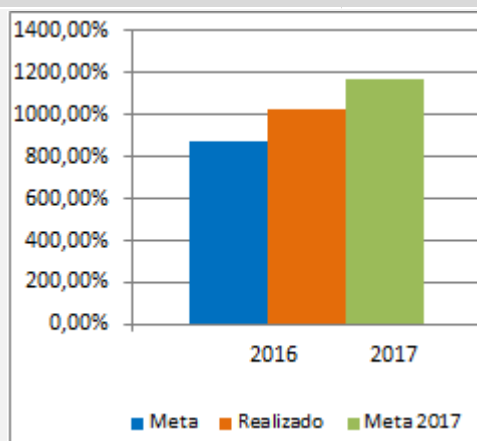
Indicadores relacionados

Índice de abrangência de capacitação



Índice de horas de capacitação

Gráfico



Análise

Análogo ao indicador acima, o índice mostrou um desempenho satisfatório, entretanto, observa-se que no exercício, a UJ trabalhou muito com eventos de curta duração.

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

6- Relacionamento com a sociedade

6.1- Canais de acesso do cidadão

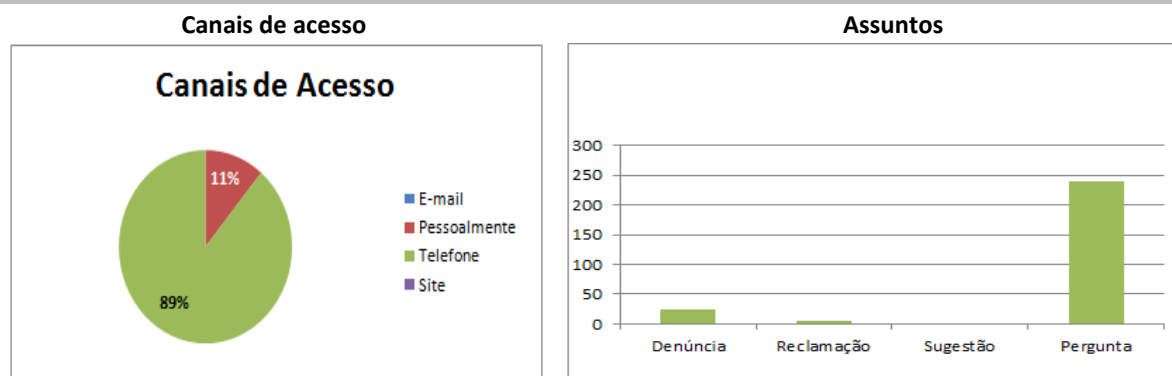
Sugere-se que este item não ultrapasse o tamanho de 2 páginas.

Demandas registradas pela Ouvidoria em 2016

Demanda e atendimento de registros feitos por intermédio da Ouvidoria do Incra Sede que se referem à atuação da Superintendência

Natureza da demanda	Quantidade de solicitações	Atendidas	Atendidas no prazo
Denúncia	24	24	24
Reclamação	06	06	06
Sugestão	0	0	0
Pergunta	240	240	240
Total	270	270	270

Características do acesso do cidadão à SR



Análise gerencial dos principais problemas e soluções aplicadas, bem como as formas de prevenção

Considerando que o foco das ações são a prevenção e a mediação do conflito agrário, as atividades são voltadas para o público externo, tendo como público alvo os atendimentos aos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra, assentados da reforma agrária, quilombolas e vítimas da violência no campo. Também se busca solução negociada para as desavenças internas, principalmente entre famílias assentadas ou acampadas. Tal atuação é realizada através da mediação direta dos conflitos, atendimentos presenciais, telefônicos e por meio eletrônico, onde são registradas e encaminhadas denúncias, reclamações, solicitações e sugestões.

A Ouvidoria Agrária Regional-OAR atua diretamente no ambiente em que se materializa o conflito agrário. Compreende-se que além de atuar no modelo clássico do conflito agrário, onde o proprietário e o trabalhador rural sem-terra se encontram em situação de enfrentamento, faz-se necessário acompanhar e monitorar as diversas modalidades de conflitos que surgem das relações de convivência entre as famílias acampadas bem como os grupos de famílias assentadas. Nesse contexto, destacamos as mediações de conflitos realizadas em 13 áreas, sendo 11 em assentamentos e duas em acampamentos.

Outra demanda que vem chegando com frequência a essa Ouvidoria para ciência e solicitando encaminhamento para intervenção dos órgãos competentes, é a ocorrência de crimes nas áreas de assentamentos e acampamentos. Tais delitos, em grande parte, são crimes contra a pessoa, de natureza suspeita de tráfico de drogas. Nesses casos, a nossa atuação dá-se no sentido de orientar as vítimas e encaminhar institucionalmente as denúncias aos órgãos competentes.

A OAR realizou o monitoramento permanente em 55 acampamentos, em visível situação de vulnerabilidade de abrigo, alimentação, proteção, além das dificuldades de acesso aos serviços sociais básicos. Ressalta-se que no ano de 2016 houve a criação de três novos acampamentos. A OAR também atuou e mediu a favor da pacificação nos processos dos pedidos de execução de Medida Judicial de Reintegração de Posse, desfavoráveis aos trabalhadores, em duas áreas.

Outra atividade realizada pela OAR é o acompanhamento das 2.456 famílias que se encontram nas 55 áreas de acampamentos localizadas em 28 municípios do Estado do Ceará. Essa intervenção, além da mediação do conflito, envolve a realização e o monitoramento da entrega de cestas de alimentos às famílias acampadas que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional, conforme disposto no acordo de cooperação 001/2010. No ano de 2016, foi feita a entrega de 4.730 cestas de alimentos, distribuídas em duas cotas. Ressaltamos que em Dezembro de 2016 foi disponibilizado pela Conab apenas o item arroz, no total de 10 kg por família, que foram entregues as 2.311 famílias cadastradas no Programa.

Sobre o atendimento com lonas plásticas, foram entregues durante o ano de 2016, 59 bobinas de lonas a 39 acampamentos e 05 assentamentos recém-criados, onde ainda não foram construídas as habitações.

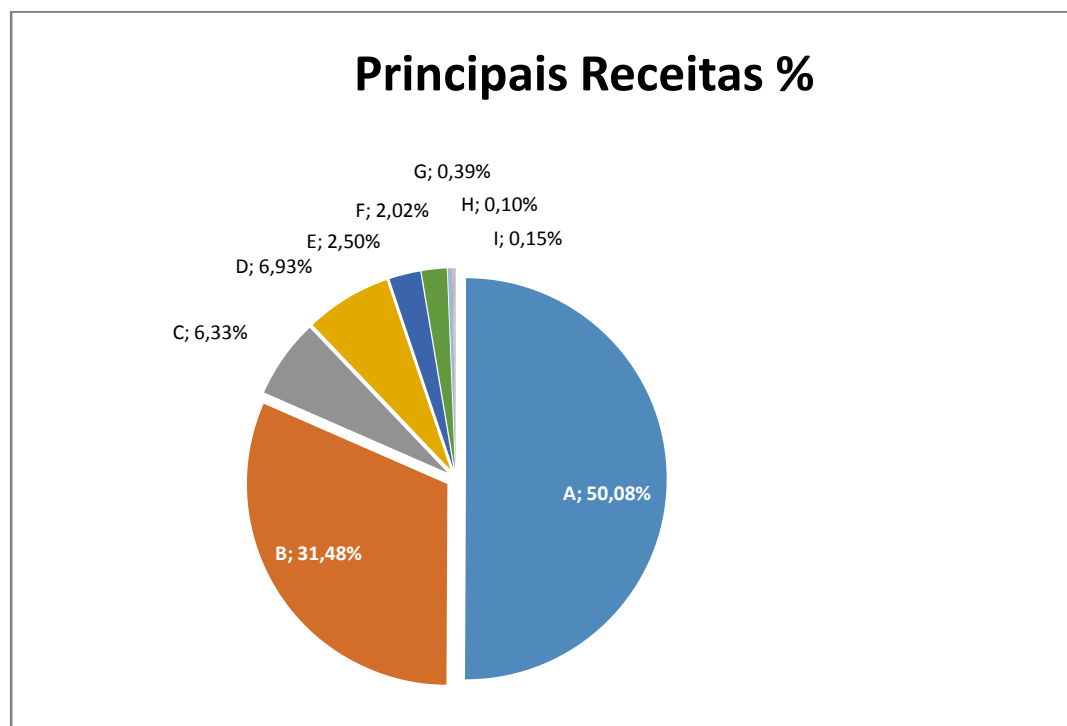
As demandas de atendimento para a OAR envolvem situações complexas e de múltiplas especificidades. Para a realização das atividades, manteve-se o trabalho de articulação institucional com o poder judiciário, executivo e com organizações da sociedade civil, com ênfase para as organizações representativas dos trabalhadores e com os movimentos sociais. Nesse sentido, destaca-se o trabalho articulado com a Polícia Federal, Justiça Federal e Estadual, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria Estadual do Desenvolvimento Agrário-SDA/Ouvidoria Agrária, Promotoria de Justiça, Procuradoria Federal Especializada, Programa de Proteção de Defesa dos Direitos Humanos dentre outras, contando sempre com o suporte da Ouvidoria Agrária Nacional. Torna-se mister destacar a articulação no ambiente interno envolvendo os setores da UJ, o que permitiu a soma dos esforços, especialmente nos conflitos envolvendo famílias assentadas, que requerem ações posteriores para a solução da problemática.

Em relação a processos administrativos, no ano de 2016 não houve nenhuma abertura de processo por esta Ouvidoria, haja vista que as nossas ações decorreram da solicitação por acompanhamento, parecer ou diligência por esta Ouvidoria nos processos encaminhados pelas Divisões de Desenvolvimento, Obtenção de Terras e Ordenamento Fundiário desta UJ.

O item 9.2 deste relatório traz informações sobre os resultados do atendimento ao público externo.

7- Informações contábeis e desempenho orçamentário e financeiro

7.1-Desempenho orçamentário e financeiro do exercício

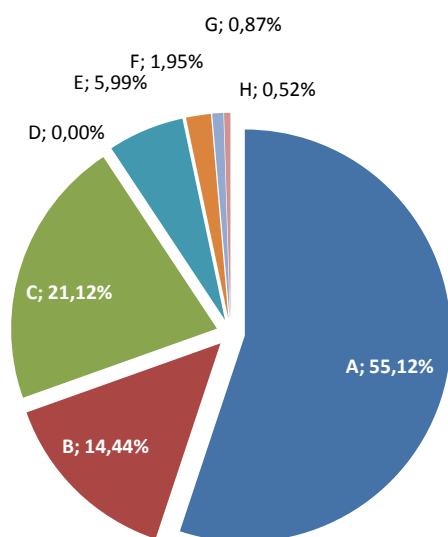


Principais receitas (em milhares de reais)	2014	2015	2016
A - SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	7,53	12,95	10,02
B - CONTRIBUIÇÕES	6,63	4,81	6,30
C - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1,00	1,16	1,27
D - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	1,17	1,15	1,39
E - OUTROS	0,92	0,86	0,50
F - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,22	0,37	0,41
G - MATERIAL DE CONSUMO	0,05	0,28	0,08
H - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,01	0,02	0,02
I - INDENIZAÇÕES	0,01	0,02	0,03
Total	17,54	21,62	20,01

Provisão Recebida

A UJ é um órgão descentralizado a qual compete coordenar e executar as atividades, na área de sua atuação, definidas no regimento interno, assim, não se trata de Unidade Orçamentária-UO, portanto, não recebe receitas diretamente da Lei Orçamentária Anual-LOA, recebendo os recursos/créditos descentralizados do Incra/Sede. Assim as informações consideradas como receitas, são os créditos descentralizados. Em face desta particularidade, apresenta-se apenas a relação dos principais valores recebidos no exercício, com destaque para Serviços de Terceiros de Pessoas Jurídicas que refere-se em sua maior parte aos compromissos com a ATER; logo a seguir aparece as Contribuições que em sua maior parte referem-se aos convênios de Infraestrutura, merece destaque também os recursos recebidos para Locação de Mão de Obra, para pagamento dos terceirizados com 6,3% do total recebido. Diante as demandas dos serviços da UJ no campo, há necessidade de assegurar recursos para tal fim, nesse sentido foi provisionado recursos na ordem de R\$ 1,39 milhão. Ressalta-se que do total dos recursos recebidos, R\$ 20,1 milhões, foram empenhados 96,2% deste montante.

Principais Despesas %



Principais despesas (em milhares de reais)	2014	2015	2016
A - SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	2,40	3,30	3,27
B - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	1,17	0,99	0,86
C - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,90	0,94	1,25
D - CONTRIBUIÇÕES	1,19	0,68	0,00
E - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,15	0,31	0,36
F - OUTROS	0,20	0,26	0,12
G - MATERIAL DE CONSUMO	0,03	0,11	0,05
H - INDENIZAÇÕES	0,06	0,02	0,03
Total	6,09	6,61	5,94

Valores Pagos

Em relação às despesas, a maior parte dos valores pagos, 55,12%, refere-se a Serviços de Terceira Pessoa Jurídicos, relativos em sua maior parte aos contratos de ATER, visto que em 2016, foram aditivados os contratos que vinham sendo executados. Destacam-se ainda os gastos com Administração da Unidade e as Contribuições. As ações do Incra são executadas na ponta, isto é, nos assentamentos distribuídos por todo território do Estado do Ceará. Consequentemente, demandando recursos para o custeio que ficou na ordem de 14,44%.

7.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Caso seja aplicável à unidade.

Sugere-se que este item não ultrapasse o tamanho de 1 página.

Demonstração contábil/notas explicativas	Endereço para acesso
Demonstração 1 – Balanço Patrimonial	<u>Balanço Patrimonial 2016</u>
Demonstração 2 – Balanço Orçamentário	<u>Balanço Orçamentário 2016</u>
Demonstração 3 – Balanço Financeiro	<u>Balanço Financeiro 2016</u>
Demonstração 4 – Demonstração das Variações Patrimoniais	<u>Demonstração das Variações Patrimoniais 2016</u>
Demonstração 5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	<u>Demonstração do Fluxo de Caixa 2016</u>

7.3- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber

Sugere-se que este item não ultrapasse o tamanho de 3 páginas.

7.3.1 Empréstimos concedidos

A Conta 1.2.1.1.1.0.3.0.1 – Empréstimos Concedidos a Receber registra o montante dos recursos emprestados aos assentados relativos ao Crédito Instalação nas suas diversas modalidades.

No exercício de 2016, conforme informações da Diretoria de Desenvolvimento foram emitidos 2.850 cartões da modalidade Apoio Inicial e 3.052, da modalidade Fomento Mulher. Foram realizadas 4.220 operações do Apoio Inicial, totalizando R\$ 10.128.000,00 e 5.893 operações do Fomento Mulher, totalizando R\$ 17.679.000,00.

O quantitativo de beneficiários que receberam Crédito Instalação foi maior do que o número de cartões emitidos, pois alguns apesar de alguns terem recebido o cartão em 2015, somente tiveram crédito concedido em 2016.

No exercício de 2016, o saldo da conta 1.2.1.1.1.03.01- Empréstimos Concedidos fechou com o montante de R\$ 5.736.102.346,82, representando uma redução de R\$ 149.358.310,02 em relação ao saldo inicial do referido ano que era de R\$ 5.885.460.656,84. Esta redução líquida se deu em virtude da remissão de dívidas de assentados, em consonância com MP 636/2013 e Lei 13.001/2014 e conforme dados do SNCCI, como também pelos ajustes dos valores de créditos não aplicados e recolhidos pela Sede da Autarquia em 2013, adicionados os valores dos novos créditos registrados na UG/Gestão 133087/37201.

No segundo semestre de 2016, na sede da Autarquia, foi realizada pela Diretoria de Gestão Administrativa a capacitação de servidores das 30 Superintendências Regionais, divididos em duas turmas. O treinamento teve por objetivo formar usuários e multiplicadores no módulo cobrança do SNCCI, especificamente na emissão de GRU, cobrança do Crédito Instalação. Na segunda turma, participaram do treinamento inclusive alguns servidores da Controladoria Geral da União (CGDAG), os quais inclusive foram cadastrados como usuários do sistema com perfil de consulta.

Por intermédio do SNCCI, foram emitidas 5.560 Guias de Recolhimento da União – Cobrança, relativo aos Créditos Novos, vencíveis em 2016. Deste total, 5.175 foram pagas tempestivamente pelos devedores, volume bastante expressivo. Ao final do ano, a inadimplência foi de apenas 6,92%.

Ao longo de 2017, o módulo cobrança do SNCCI evoluirá para atender as exigências da FEBRABAN e com isto será implantada a emissão de GRU - Cobrança Registrada. Além disto, a partir da implantação dos relatórios gerenciais, novas evoluções em curso e da interligação do sistema com a Sala da Cidadania, será otimizada a gestão da cobrança e a contabilização das receitas e da provisão para devedores duvidosos, além de permitir que o próprio beneficiário acesse via internet a GRU para pagamento.

Em relação à Cobrança do Crédito antigo, o Módulo Cobrança do SNCCI ainda evoluiu para atender a esta finalidade, tendo em vista que a Lei 13.001/2014 ainda não foi regulamentada. Inobstante, o cadastramento de processos de créditos antigos no SNCCI pode ser feito normalmente pelas Superintendências Regionais, funcionalidade esta disponibilizada desde 2014, a partir das capacitações que foram realizadas em todo o País.

7.3.2 Créditos a receber de parceiros

A conta 1.2.1.2.1.9.8.0.8 - Créditos a receber em parcelas/lotos registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos beneficiários da Reforma Agrária. Em 2016 o saldo final da conta era R\$ 119.930.855,53. A Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária – DF vem conduzindo a discussão da proposta de decreto regulamentador da lei 13.001/2014, no tocante à titulação de glebas fora da Amazônia legal, enquanto a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de assentamentos vem trabalhando na elaboração de uma Instrução Normativa referentes aos títulos de parcelas de PAs.

As tratativas para construção do SNT – Sistema Nacional de Titulação estão sendo mediadas pela DE por meio da Coordenação de Tecnologia do INCRA – DET juntamente com as áreas finalísticas envolvidas no processo de titulação.

A previsão era que o SNT fosse desenvolvido em módulos, iniciando-se pelo módulo quilombola. Porém esta proposta inicial foi entendida como mais onerosa em custo e prazo para o INCRA e por isso está suspensa. A idéia é realizar um projeto único para atendimento das demandas vinculadas à Titulação no INCRA. Para tal, espera-se a criação de um Grupo de Trabalho (GT) composto de representantes de todas as áreas do INCRA que dará andamento ao projeto.

8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

8.1- Tratamento de deliberações do TCU

Quadro da situação de atendimento das demandas do TCU			
Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
Acórdão Nº 6095/2013-TCU-2ª CÂMARA	1.7.1	Utime, no prazo de 60 dias, o exame da prestação de contas do convênio Nº 6000/2010 (SIAFI nº 737979), instaurando, se for o caso, a competente TCE	A obra foi fiscalizada in loco pelo Setor de Engenharia. Constataram-se diversas pendências e irregularidades. A Prefeitura Municipal de Russas foi devidamente notificada para realizar as correções das referidas pendências. Não tendo efetuado nenhuma correção e reparação dos serviços, assim exaurida todas as providências cabíveis para regularizar estas pendências foi instaurada e concluída o processo de Tomadas de Contas Especial.
Acórdão Nº 581/2014-TCU-2ª CÂMARA	1.7.1	Utime, no prazo de 60 dias, a análise do convênio Nº 703952 (número original 11/2009), celebrado com o município de Mombaça/CE, instaurando, se for o caso, a competente TCE	A prefeitura municipal de Mombaça encontra-se em situação de Suspensão Efetiva. Não tendo se manifestado sobre o Ofício Nº 1163/2014/GAB/INCRA/SR02, que solicitava medidas saneadoras das irregularidades constatadas na obra. Diante a omissão da Prefeitura Municipal de Mombaça foi encaminhado para providências de abertura de TCE, entretanto, devido ao valor de alçada não atingir o valor mínimo para instauração de TCE. Foi encaminhado à Procuradoria Federal Especializada – PFE/INCRA-CE - para cobrança judicial do dano.
Acórdão Nº 3671/2014-TCU-2ª CÂMARA	1.7.1	Utime, no prazo de 90 (noventa) dias, a análise da prestação de contas do convênio Nº 16000/2011 (Siafi nº 759958), celebrado com o Município de Trairi/CE, instaurando, se for o caso, a competente TCE	Aguardando julgamento final do recurso de apelação imposto pelo Município de Trairi na ação ordinária em curso. Tendo a UJ repassado Ofício Nº 780/INCRA/SR02/ 2015, ao Juiz de Direito responsável para apreciar o mérito da causa, informando sobre a atual situação deste convênio no SIAFI e CAUC, que

			se encontra em Inadimplência Suspensa, em fase de identificação do dano por parte da contabilidade para a continuidade da TCE
Acórdão Nº 6008/2016-TCU-1ª CÂMARA	1.7.1	Determinar à Superintendência Regional do Incra no Estado do Ceará (SR(02) CE) que informe nos próximos relatórios de gestão a situação dos registros contábeis dos “Bens Imóveis Para Fins de Reforma Agrária”, evidenciando a quantidade de registros já executados e o quantitativo remanescente.	Determinação acatada conforme 3.3.2- Obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento, subitem vi. Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados, deste Relatório.
Acórdão Nº 6008/2016-TCU-1ª CÂMARA	1.7.3	Recomendar à Superintendência Regional do Incra no Estado do Ceará (SR(02) CE), no que diz respeito ao atendimento às necessidades de acessibilidade das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, que observe os dispositivos da Lei 13.146/2016 (Lei Brasileira de Inclusão), em especial os arts. 4º, § 1º, 56 e 57.	Recomendação acatada, a UJ trabalhará na busca de recursos para atendimento desta recomendação. Ressalta-se que não foi provisionado recursos orçamentários/financeiros para a UJ, no exercício de 2016, para a Ação Reforma e Instalações de Prédios - ND 449051.
Acórdão Nº 6008/2016-TCU-1ª CÂMARA	1.7.4	dar ciência à Superintendência Regional do Incra no Estado do Ceará (SR(02) CE) sobre a ausência de registros nas contas contábeis específicas de controle dos “Bens Imóveis Para Fins de Reforma Agrária”, em descumprimento ao determinado nos subitens 9.2.6, 9.2.6.1, 9.2.6.2 e 9.2.6.3 do Acórdão 557/2004-TCU-Plenário.	A UJ, esta Ciente da Ausência dos registros, entretanto estamos trabalhando para cumprimento aos itens e subitens determinados no Acórdão 557/2004-TCU-Plenário., conforme item 3.3.2- Obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento, subitem vi. Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados, deste Relatório.
Acórdão Nº 6335/2016-TCU-1ª CÂMARA	9.4.1	Com fundamento nos arts. 71, incisos IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, comunique à interessada o inteiro teor deste Acórdão e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa.	Interessada comunicada do teor do Acórdão e cessado os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado
Acórdão Nº	9.4.2	Orientar a Sra. Raimunda Rodrigues	

6335/2016-TCU-1ª CÂMARA		Umbelino, que sua aposentadoria poderá prosperar, devendo, nesse caso, ser emitido novo ato concessório, livre da irregularidade ora apontada disponibilizando-o no sistema SISAC para oportuna deliberação	servidora orientada devendo ser emitido novo ato concessório livre da irregularidade disponibilizando oportunamente no sistema SISAC
Acórdão Nº 10975/2016-TCU-2ª CÂMARA	1.7.1	À Superintendência Estadual do Incra no Ceará que reexamine a prestação de conta do Convenio nº 10/2009 (Siafi nº 703.965) celebrado com o Município de Campos Sales, ante as irregularidades noticiadas nos presentes autos, instaurando, se necessário, o devido processo de Tomada de Contas especial, nos termos da IN/TCU nº 71/2012, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, informações sobre o resultado das análises efetuadas bem como as providências eventualmente adotadas.	Foi realizada a análise técnica e financeira sobre a representação advinda do Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará, relatando irregularidades nas Tomadas de Preços 11.11.001/2009, devendo o resultado destas análises serem encaminhadas brevemente ao TCU

8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

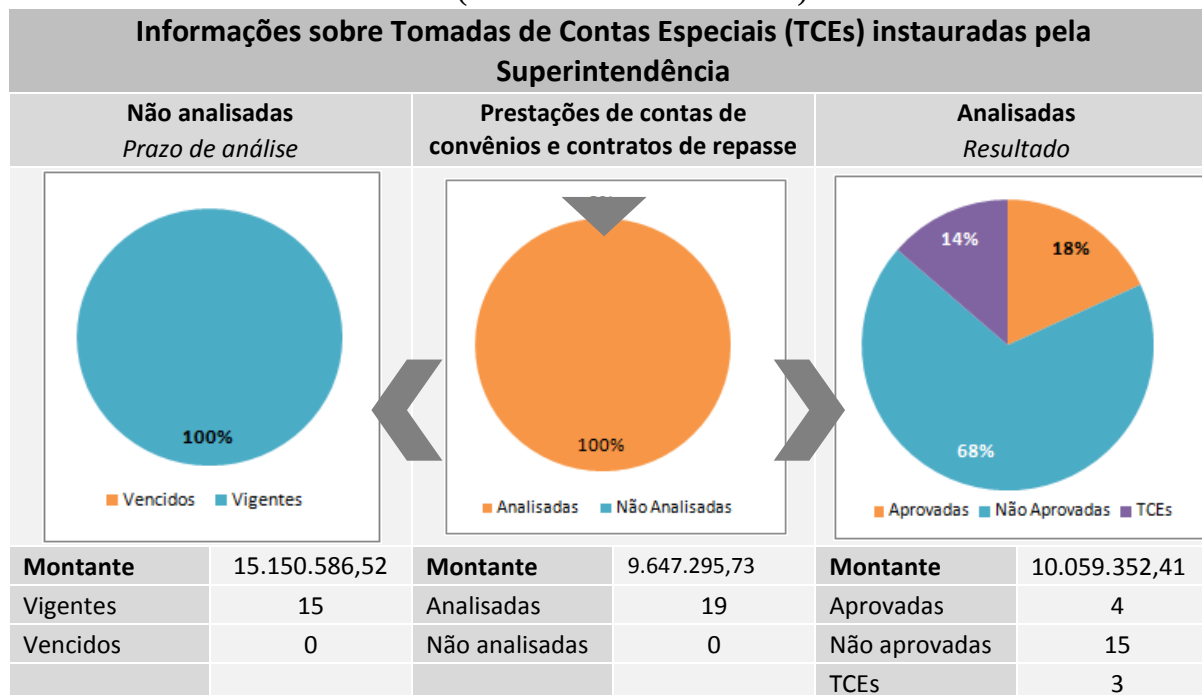
Quadro da situação de atendimento das demandas da CGU			
Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
<u>Relatório CGU 201314983</u>		Implantar melhorias nos procedimentos relativos a aprovação de convênios, de modo que os dispositivos da Norma de Execução nº 114/2014 ou da que venha substituí-la, bem como da Portaria interministerial MPOG/CGU nº 507/2011, sejam obedecidos quanto à análise da documentação encaminhada pelos convenientes (plano de trabalho e seus anexos).	A UJ, tem tomado a iniciativa de melhorar os referidos procedimentos, tendo o cuidado de atender os dispositivos da Norma de Execução nº 114/2014, bem como da Portaria interministerial MPOG/CGU nº 507/2011, no intuito de corrigir e melhorar a análise e aprovação das futuras contratações.
<u>Relatório CGU 201314983</u>		Apurar as responsabilidades pela aprovação indevida do projeto básico e acompanhamento/fiscalização deficientes da equipe de Engenharia	Por determinação do Superintendente Regional à época foram realizadas reuniões com a presença de gestores e dos técnicos citados neste Relatório de Auditoria, chegou-se a conclusão de que não havia necessidade de apuração de responsabilidades administrativas, visto que entendeu-se não haver crime de responsabilidade fiscal, por ocasião da

			execução da obra, a qual foi totalmente concluída conforme as especificações e normas técnicas do projeto técnico executivo utilizado pela conveniente.
<u>Relatório</u> <u>CGU</u> <u>201315091</u>		Notificar a Prefeitura Municipal de Crateus/CE para que apresente as alterações ocorridas no Projeto básico original, com nível de precisão adequado e respectivos estudos técnicos necessários (levantamento topográficos e outros), a fim de submeter à nova apreciação e aprovação do INCRA/CE, inclusive sem a comprovação do registro da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, no Conselho Regional de Engenharia –CREA, do projeto de engenharia modificado.	A Prefeitura Municipal de Crateus/CE foi notificada pela UJ através dos Ofícios nº 1466/2013, de 09 dezembro 2013, e nº 52/2014, de 24 janeiro de 2014, tendo atendido as notificações através do Ofício GAB/Prefeitura Municipal de Crateus nº 012/2014 de 06 de fevereiro 2014, documentação esta encaminhada a CGU na época recebida. Entendeu-se não ser necessária mais uma nova ART por se tratar de adequação de projeto, bem como, por já existir uma ART no bojo do processo as fls. 166, de Antonio de Azevedo Martins Filho – Engenheiro Civil, CREA/CE nº 038664/D
<u>Relatório</u> <u>CGU</u> <u>201315091</u>		Avaliar as alterações ocorridas no projeto, do ponto de vista funcional e financeiro promovendo os devidos ajustes.	Entendeu-se do ponto de vista funcional a obra atendeu aos seus objetivos visto que a adequação do local do sangradouro liberou a melhor área de plantação existente no PA. Do ponto de vista financeiro não há nada a considerar visto que todos os serviços contratados foram devidamente concretizados, executados em sua integralidade, não havendo dolo ao erário
<u>Relatório</u> <u>CGU</u> <u>201315091</u>		Implantar melhorias nos procedimentos relativos à aprovação de projetos e ao acompanhamento/fiscalização das obras, de modo que os dispositivos da Norma de Execução nº 54/2006 ou da que venha substituí-la, bem como da Portaria interministerial MPOG/CGU nº 507/2011, sejam obedecidos quanto à análise da documentação encaminhada pelos convenientes (plano de trabalho e seus anexos), assim como garantindo que a obra executada esteja de acordo com os projetos aprovados.	A UJ, tem tomado a iniciativa de melhorar os referidos procedimentos com a aprovação da Norma de Execução nº 114/2014 que veio substituir a Norma de Execução nº 54/2006, no intuito de corrigir e melhorar a análise, aprovação , fiscalização e acompanhamento das futuras contratações.
<u>Relatório</u> <u>CGU</u> <u>201315092</u>		Considerando que as alterações ocorridas no projeto básico original, bem como, os estudos técnicos necessários (estudo hidrológico para o dimensionamento dos bueiros e outros), não foram apresentadas e/ou submetidos à apreciação e aprovação do INCRA/CE, inclusive com a comprovação do registro da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará – CREA/CE, do projeto de engenharia modificado, não aprovar a prestação de contas do	Após análise técnica final, identificou-se que não haveria necessidade de instauração de Tomada de Contas Especial, razão pela qual deu-se prosseguimento a análise financeira da prestação de contas, concluindo pela sua aprovação com ressalvas, sendo o fato comunicado ao Tribunal de Contas da União, conforme preveem os normativos vigentes, tendo aquela corte arquivado a comunicação, vez que não detectou relato de indicio de irregularidade ou ilegalidade que ensejasse a atuação daquele Tribunal

		convenio e proceder a instauração de Tomada de Contas Especial com fins de calcular o valor total atualizado dos recursos financeiros repassados, que deverá ser restituído à concedente.	
<u>Relatório</u> <u>CGU</u> <u>201315092</u>		Implantar melhorias nos procedimentos relativos a aprovação de projetos e ao acompanhamento/fiscalização das obras, de modo que os dispositivos da Norma de Execução nº 114/2014 ou da que venha substituí-la, bem como da Portaria interministerial MPOG/CGU nº 507/2011, sejam obedecidos quanto à análise da documentação encaminhada pelos convenientes (plano de trabalho e seus anexos), assim como garantido que a obra executada esteja de acordo com os projetos executados.	A UJ, tem tomado a iniciativa de melhorar os referidos procedimentos com a aprovação da Norma de Execução nº 114/2014 que veio substituir a Norma de Execução nº 54/2006, no intuito de corrigir e melhorar a análise, aprovação, fiscalização e acompanhamento das futuras contratações.
<u>Relatório</u> <u>CGU</u> <u>201317610</u>		Submeter ao INCRA Sede para apuração de responsabilidade das ocorrências de indicação de restabelecimento de recursos de operação de crédito sem a observância do inciso I, Art 3º da Portaria nº 352/2013.	Em análise para encaminhamentos
<u>Relatório</u> <u>CGU</u> <u>201317610</u>		Submeter a matéria de forma circunstanciada ao INCRA sede, solicitando manifesto conclusivo da Autarquia, inclusive quanto à apuração de responsabilidade, se for o caso, tendo em vista a não aprovação dos requisitos para restabelecimento da operação de crédito com base no inciso II do art. 3º da Portaria nº 352/2013, bem como o dos valores depositados anteriormente a 01/01/2013, que não encontram amparo na alínea "a" da referida Portaria.	Em análise para encaminhamentos

8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário

Convênios firmados no SICONV (Portarias 127/08 e 507/11)

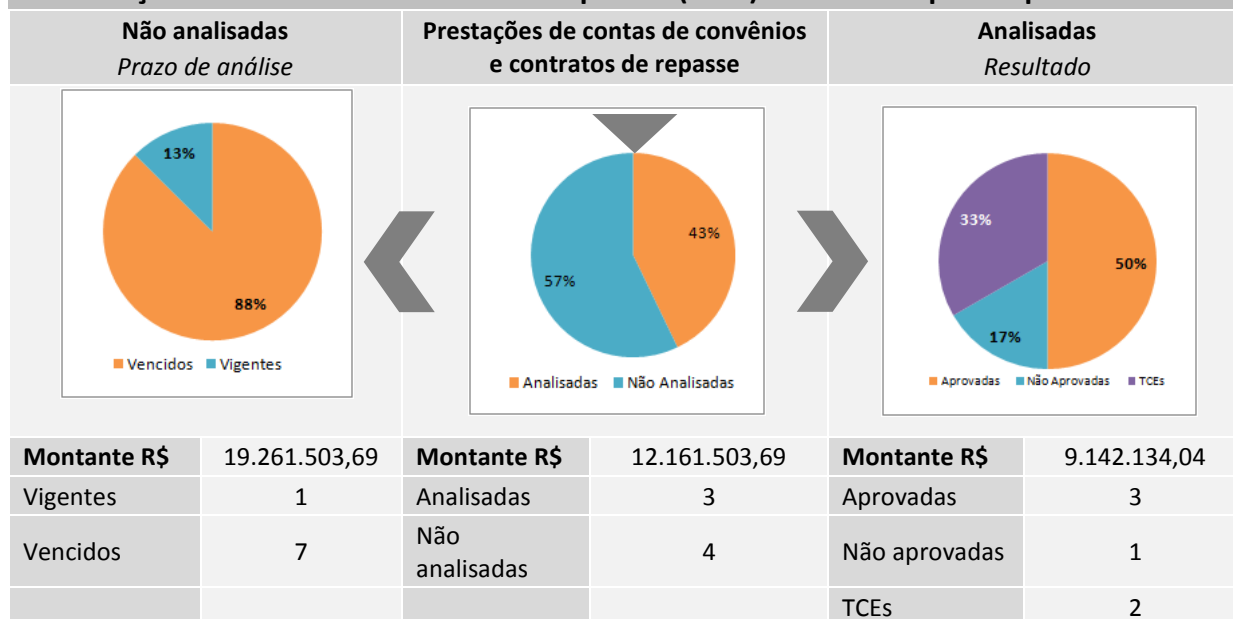


Análise

A UJ vem trabalhando no sentido de intensificar a análise das prestações de contas das convenientes de modo a evitar passivos. Em 2016, foram analisados 16 prestações de conta de convênios, sendo aprovados 04 convênios. Dos 16 convênios analisados, 12 foram diligenciados. Foram encaminhados para Tomada de Contas Especial-TCE 03 convênios. Porém, outros 03 foram encaminhados com proposta de instauração de Tomada de Contas Especial, entretanto, devido a as dificuldades de disponibilidade de servidores capacitados para atuar no âmbito da comissão, não foi possível instaurá-las. Contudo, a UJ está adotando em conjunto com o Incra/Sede medidas no sentido de atender estas demandas.

Convênios firmados no SIAFI (IN 01/97)

Informações sobre Tomadas de Contas Especiais (TCEs) instauradas pela Superintendência



Análise

Considerando o quantitativo dos convênios firmados pela UJ, na égide da IN/STN/ 01/97, com prazo de vigência expirada, em 2016, deu-se continuidade aos trabalhos de análise de prestação de contas dos mesmos, visando à eliminação do estoque de convênios ainda com registro no sistema SIAFI na situação “A Aprovar”.

Ressalta-se que 01 convênio não aprovado, foi registrado na inadimplência e está em diligência. UJ dará continuidade aos trabalhos de eliminação do estoque destes convênios. Ressalta-se que das 03 TCE a serem instauradas em 2016, foram instauradas e concluídas 02 no exercício.

8.4-Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A UJ tem tentado, ao máximo, cumprir as determinações contidas no art. 5º da Lei nº 8.666/1993, principalmente no que diz respeito ao descrito no § 3º do referido artigo, que diz respeito aos pagamentos decorrentes das despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24, as determinações contidas no art. 5º - A, bem como, também, no cumprimento da estrita ordem cronológica das datas de exigibilidades nos pagamentos das obrigações assumidas de que trata o caput do artigo em referência. Esclarecemos, por oportuno, que a falta de regularidade de descentralização de recursos financeiros para cumprimento dessas obrigações, bem como, a falta de documentação comprobatória obrigatória que deve acompanhar as notas fiscais de produtos/serviços prestados, aliado à falta de regularidade fiscal dos fornecedores/contratados, são elementos essenciais ao não estrito cumprimento do disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993. Entretanto, esta UJ, além de seguir fielmente o previsto no artigo descrito, tem procedimentos normativos internos para execução desses pagamento/obrigações, sempre no intuito de dar maior transparência, garantia e fidedignidade no cumprimento dessa obrigação. A Nota Fiscal de produto/serviço entregue é devidamente encaminhada ao fiscal do contrato para o devido ateste ou rejeição. Caso seja aceita recebe o devido ateste, sendo encaminhada aos setores competentes, contabilidade e posteriormente financeiro, para a conclusão da obrigação assumida, liquidação e posterior pagamento, juntamente com as demais documentações previstas em Lei e no

Contrato. Esta UJ respeita, ao máximo, uma ordem cronológica referente ao período de tempo em que a nota fiscal é apresentada até o dia de sua liquidação com envio da ordem bancária para pagamento, não cumprindo, em algumas oportunidades, essa ordem cronológica da em razão das dificuldades operacionais/administrativas já relatadas.

9- Anexos e apêndices

9.1-Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ

Complementa informações do item 4.2.3

Quadro 14: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ - Superintendência Regional

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados		Valores				
		1	2	3	4	5
1	Ambiente de controle					
1.1	A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
1.2	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
1.3	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
1.4	Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
1.5	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
1.6	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
1.7	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
1.8	Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					x
1.9	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
2	Avaliação de risco					
2.1	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
2.2	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
2.3	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
2.4	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
2.5	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
2.6	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
2.7	Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x
2.8	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
2.9	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
3	Procedimentos de controle					
3.1	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os		x			

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados		Valores				
		1	2	3	4	5
	riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					
3.2	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		x			
3.3	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
3.4	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
4	Informação e comunicação					
4.1	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
4.2	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
4.3	A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
4.4	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
4.5	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
5	Monitoramento					
5.1	O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					x
5.2	O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
5.3	O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
	Legenda dos valores					
	1. Totalmente inválida: significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente não observado</u> no contexto da UJ.					
	2. Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>pouco observado</u> no contexto da UJ.					
	3. Neutra: Significa que <u>não há como avaliar</u> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
	4. Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>muito observado</u> no contexto da UJ.					
	5. Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente observado</u> no contexto da UJ.					

9.2- Resultados do atendimento ao público externo

Complementa informações do item 5.1

Com relação ao atendimento ao público externo, existem dois sistemas atualmente em uso pela UJ. O Sistema de Protocolo-SISPROT e o Sistema de Documentos-SISDOC, que lidam com o cadastramento e trâmite de processos e cadastramento e trâmite de documentos, respectivamente, Outros atendimentos acabam se concretizando através de outros sistemas, como o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária-SIPRA, Sistema de Gerenciamento da Estrutura Fundiária-SIGEF e o Sistema Eletrônico do Serviço ao Cidadão-SIC.

Em abril de 2014, um novo conceito de relacionamento com o público alvo passou a ser implementado pelo Incra, envolvendo a chamada Sala da Cidadania Digital, caracterizada por um ambiente virtual que concentra em uma única interface serviços de auto atendimento, solicitações de serviços e encaminhamento de críticas e sugestões por parte dos beneficiários da reforma agrária e proprietários rurais. Qualquer usuário poderá acessar os serviços da Sala da Cidadania através da Internet, utilizando as chaves de acesso ao ambiente virtual (CPF, número de inscrição do imóvel, etc).

Dentre os serviços disponíveis, é possível solicitar atualização cadastral do beneficiário da reforma agrária, emissão de Certidão de Beneficiário (para uso junto ao INSS nas solicitações de aposentadoria), emissão de espelho do beneficiário, solicitação de emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF B-DAP B e liquidação ou renegociação das dívidas de crédito do tipo PRONAF A e A/C contraídas junto ao Banco do Brasil. Nesse ambiente, para os proprietários rurais, há o serviço de solicitação de emissão do comprovante de atividade rural. Além destes, a Sala da Cidadania Digital oferece links para outros serviços como emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural-CCIR, acesso ao Sistema de Gestão Fundiária-SIGEF, acesso ao site da Receita Federal para consulta do Imposto Territorial Rural-ITR, ao programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego-PRONATEC e ao Programa Minha Casa Minha Vida.

Trata-se, portanto, de uma metodologia de aproximação do Incra com o seu público alvo. Ao mesmo tempo, busca-se reduzir consideravelmente os custos de acesso aos serviços oferecidos, bem como com os deslocamentos, notadamente dos assentados.

Em 2016 deu-se início ainda aos estudos da nova versão do Sistema Sala da Cidadania Digital-Versão 2.0, em que os beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária-PNRA passam a contar com novos serviços e funcionalidades. Dentre elas, destaca-se a possibilidade dos beneficiários consultarem pendências identificadas pelo Tribunal de Contas da União-TCU, a respeito da situação no PNRA no sentido de obterem orientações de como saná-las, além de poderem enviar *on-line*, por meio do sistema, os documentos solicitados pelo Incra, para análise dos técnicos da UJ e posterior regularização da situação, atualizar *on-line* alguns dados do cadastro no Sistema de Informação de projetos de Reforma Agrária-Sipra.

Serviço	Demanda	Qtde. atendida	Em análise	Prazo médio de atendimento	Custo
e-SIC	9	9	0	75 Dias	-
Acompanhamentos de processos	906	906	0	Imediato	-
Declaração de Aptidão ao Pronaf	1.482	1.482	0	Imediato	-
Aquisição de Imóveis por estrangeiros	1	1	0	Imediato	-
Certificações de peças técnicas	04	04	0	Imediato	-
Retificação de Área					-
Suspensão de emissão de CCIR	12	12	0	Imediato	-
Cancelamento por descaracterização de imóvel rural	108	108	0	Imediato	-
Requerimento de Certidão para Assentado	32	32	0	Imediato	-
Desmembramento abaixo da FPM	9	9	0	Imediato	-
Multiplicidade/Duplicidade de cadastro	12	12	0	Imediato	-
Certidão Negativa p/Propriedade Rural	42	42	0	Imediato	-
Usucapião	13	13	0	imediato	-

9.3- Memória de cálculo dos indicadores

Complementa informações do item 3.3 e do item 7.1.3

Índice de Cadastramento de imóveis rurais (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta 2017
74%	85%	80%
Memória de cálculo: Índice 2016: Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha) (12.599.698,28 - Fonte: SNCR, Apuração Especial realizada 31 03 2015) dividido pela superfície total da área (ha) abrangida pela Jurisdição do INCRA, na jurisdição da SR (14.892.047,20 - Fonte: IBGE) multiplicado por 100. Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos		

Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta 2017
134%	100%	126%
Memória de cálculo: Índice 2016: Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício (4 - Fonte: DOF) dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício no nível de agregação (4 - Fonte: DOF) multiplicado por 100. Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos		

Índice de Regularização Fundiária (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta 2017
67%	100%	100%
Memória de cálculo: Índice 2016: Número de imóveis regularizados e titulados no exercício (2982 - Fonte: SIR) dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciados no exercício, na jurisdição da SR (2982 - Fonte: sir) multiplicado por 100. Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos		

Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta 2017
376,08	0,00	285,80
Memória de cálculo: Índice 2016: valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$ no exercício (0,00 - Fonte: SIAFI) dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares no exercício, na jurisdição da SR (0,00 - Fonte: wiki) Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos		

Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta 2017
0,00	0%	0,00
Memória de cálculo: Índice 2016: número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício (0 - Fonte: SIR) dividido pela meta de protocolização de licenças ambientais conforme plano de metas do exercício (0 - Fonte: Cad. Meta) multiplicado por 100. Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos		

Índice de projetos de assentamento com regularização ambiental requerida (CAR) (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta 2017
97,0%	291,1%	312,6%
Memória de cálculo: Índice 2016: número de assentamentos com Licença ambiental requerida (CAR acumulado), (291 - Fonte: SIR) dividido pelo total de assentamentos sob efetiva gestão ambiental do INCRA (exceto consolidados, reconhecimentos e de colonização), na jurisdição da SR (45 - Fonte: SIR) multiplicado por 100.		

Índice de provimento de PDA/PRA (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta 2017
0,0%	0,0%	0,0%
Memória de cálculo: Índice 2016: Quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA (0 - Fonte: sir) dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação (457 - Fonte: Sipra) multiplicado por 100. Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos		

Índice de acesso à moradia nos assentamentos (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta 2017
19,3%	210,5%	0,0%
Memória de cálculo: Índice: 2016: Número de famílias com obras de moradia concluídas no exercício (40 - Fonte: SIR) dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR (19 - Fonte: Sipra) multiplicado por 100. Metas: 2016: Meta de conclusão de moradias no exercício (40 - Fonte: Não Definido) dividido pela Meta de assentamento de famílias (207 - Fonte: Plano de Metas 2016) multiplicado por 100. 2017: Meta de conclusão de moradias no exercício (0 - Fonte: Não Definido) dividido pela Meta de assentamento de famílias (0 - Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado) multiplicado por 100.		

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção

2016		2017
Meta	Realizado	Meta 2017
4.159	130	0

Memória de cálculo:

Realizado 2016: Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte:) somado ao Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (130 - Fonte: SNCCI) somado ao Número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: SNCCI). Meta 2016: Meta do número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Não De finalida) somado a Meta do número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (500 - Fonte: Plano de Metas 2016) somado a Meta de número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (3659 - Fonte: Plano de Metas 2016), 2017: Meta do número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Pronaf no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Não De finalida) somado a Meta do número de contratos firmados pelas famílias para acesso ao Fomento (operação I e II) no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado) somado a Meta de número de contratos a serem firmados pelas famílias para acesso ao Fomento Mulher no exercício no nível de agregação (0 - Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado)

Índice de provimento de assistência técnica (%)

2016		2017
Meta	Realizado	Meta
5451%	61742%	0%

Memória de cálculo:

Índice 2016: Número de famílias com previsão de atendimento nos instrumentos firmados para prestação de Assistência Técnica (11731 - Fonte: Cord Ater) dividido pelo número total de famílias assentadas, na jurisdição da SR (19 - Fonte: Sipra) multiplicado por 100.

Previsão/meta: 2017: Meta de famílias a serem atendidas com ATES (0) Fonte: Plano de metas 2017 ainda não publicado, dividido pela Meta de famílias a serem assentadas () Fonte: Plano de metas 2017 ainda não publicado: Meta de famílias a serem atendidas com ATES (0) Fonte: Plano de metas 2017 ainda não publicado, dividido pela Meta de famílias a serem assentadas () Fonte:

Renda média das famílias (por amostragem) - R\$		
2016		2017
Meta ¹	Realizado	Meta ²
	0,0%	

¹ Não existe parâmetro definido para as metas

Índice de parcelas supervisionadas (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta
2,2%	1,7%	0,0%
Memória de cálculo: Realizado 2016: Número de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 4º da IN 70/2012 com relatório entregue (1308 - Fonte: sir) dividido pelo Número total de parcelas, na jurisdição da SR (24297 - Fonte: Sipra) multiplicado por 100. Meta 2016: Meta Supervisão (550 - Fonte: Plano de Metas 2016) Dividido pela Meta de Famílias Assentadas + Meta de assentamento de família (24504 - Fonte: Plano de Metas 2016 Sipra) multiplicado por 100. 2017: Meta Supervisão (0 - Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado) Dividido pela Meta de Famílias Assentadas + Meta de assentamento de família (0 - Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado) multiplicado por 100.		

Índice de consolidação de assentamentos (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta
0,0%	0,0%	0,0%
Memória de cálculo: Índice 2016: Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados (0 - Fonte:) dividido pelo Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação (0 - Fonte:) multiplicado por 100. Previsão/meta:		

Índice de acesso à água para consumo doméstico (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta 2017
4,2%	0,0%	0,0%
Memória de cálculo: Índice 2016: número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna concluído no exercício (0 - Fonte: Sir) dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR (19 - Fonte: sipra) multiplicado por 100. Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos		

Índice de abrangência de capacitação (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta 2017
20,47	43,86	0,00
Memória de cálculo: Índice 2016: Número de servidores que participaram das atividades de capacitação (75 - Fonte: SIR) dividido pelo Número total de servidores, na jurisdição da SR (171 - Fonte: Div Admin) multiplicado por 100. Previsão/meta: 2016: Meta capacitação (35) Fonte: Cad Metas, dividido pela quantidade total de servidores na jurisdição da SR (171) Fonte: Div Admin - 2017: Meta capacitação (0) Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado, dividido pela quantidade total de servidores na jurisdição da SR () Fonte: Plano de Metas 2017 ainda não publicado		

Índice de horas de capacitação (%)		
2016		2017
Meta	Realizado	Meta 2017
869%	1020%	1166%
Memória de cálculo: Índice 2016: número total de horas de treinamentos recebidos pelos servidores (1745 - Fonte: sir) dividido pelo número total de servidores, na jurisdição da SR (171 - Fonte: siape) Previsão/meta: Média dos últimos 3 anos		

9.4- Quadros, tabelas e figuras complementares

9.4.1 - Acórdão nº 1064/2015 -TCU - 2ª Câmara - Item 1.7.1.3

Exercício 2016 - Execução descentralizada com transferências de recursos

Caracterização		Prestação de contas de convênios vigentes		
Quantidade de convênios vigentes	8	Prestadas	Dentro do prazo	0
			Fora do prazo	0
Total de valores repassados R\$	5.890.786,52	Não prestadas	Dentro do prazo	0
			Fora do prazo	0

Exercício 2015 - Execução descentralizada com transferências de recursos

Caracterização		Prestação de contas de convênios vigentes		
Quantidade de convênios vigentes	11	Prestadas	Dentro do prazo	1
			Fora do prazo	0
Total de valores repassados R\$	1.250.604,66	Não prestadas	Dentro do prazo	0
			Fora do prazo	1

Exercício 2014 - Execução descentralizada com transferências de recursos

Caracterização		Prestação de contas de convênios vigentes		
Quantidade de convênios vigentes	17	Prestadas	Dentro do prazo	1
			Fora do prazo	2
Total de valores repassados R\$	3.093.939,78	Não prestadas	Dentro do prazo	2
			Fora do prazo	-

9.4.2 Acórdão nº 1064/2015 -TCU - 2ª Câmara- Item 1.7.1.2

PO 09 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Demonstração dos resultados da execução física das ações do macroprocesso					
		Descrição	Execução física		
Ano	Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física
2016	210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	2.500	2.982

2015	210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	3.545	6.516
2014	210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	4.731	1.593
2013	210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	23.000	22.991
2012	210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	5.290	30.768

Análise

Tendo em vista os Convênios 46.000/2005, 32.000/2007, 30.000/2008 e 24.000/2011 firmados com o Governo do Estado do Ceará para realizar a regularização fundiária dos imóveis rurais da malha fundiária estadual, observa-se que houve um decréscimo na execução física destes nos últimos anos, devido à finalização de tais convênios. Atualmente estão em vigência os Convênios 30.000/2008 e 24.000/2011, sendo que o Convênio 30.000/2008 está em fase de encerramento e os produtos deste. Quanto ao Convênio 24.000/2011, no início da sua execução ocorreram problemas com as empresas executoras. Tais problemas não foram devidamente tratados pelo Instituto Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará-IDACE. Assim a UJ, que por diversas formas tentou a sua normalização, sem obter êxito, decidiu no exercício em rescindir o Convênio em tela.

PO07 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Demonstração dos resultados da execução física das ações do macroprocesso					
		Descrição	Execução física		
Ano	Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física
2016	211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria Realizada (ha)	5.090	5.644
2015	211A	Vistoria e	Vistoria	9.000	8.099

		Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Realizada (ha)		
2014	211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria Realizada (ha)	15.600	11.690
2013	211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria Realizada (ha)	20.000	18.026
2012	211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria Realizada (ha)	60.000	18.454

Análise

A ação de vistoria ao longo dos últimos cinco anos vem decrescendo significativamente, devido especialmente a fatores como a saturação das áreas a serem vistoriadas suscetíveis de desapropriação, além, da perdida capacidade operacional da UJ, e ainda, em face das diretrizes estratégicas atuais do Incra/Sede, que estão priorizando o desenvolvimento dos assentamentos.

Demonstração dos resultados da execução física das ações do macroprocesso					
		Descrição	Execução física		
Ano	Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física
2016	211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0
2015	211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	1.074
2014	211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0
2013	211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	9.608
2012	211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	34.830	10.631

Análise

Esta ação caracteriza-se pela existência de fases do processo de desapropriação. Entretanto, estas sofrem influências internas e externas, que podem comprometer o resultado da meta no exercício. Notadamente, as questões financeiras e o trâmite do processo encaminhado no âmbito interno. No que se refere ao âmbito externo, ressalta-se as demandas dos movimentos sociais e as questões judiciais.

Devido a estas características, ultimamente, tanto a meta como os recursos ficaram centralizadas no Incra/Sede.

0427 - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas

Demonstração dos resultados da execução física das ações do macroprocesso					
		Descrição	Execução física		
Ano	Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física
2016	0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias).	4.159	130
2015	0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	800	416
2014	0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	486	185
2013	0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	-	326
2012	0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	757	2.355

Análise

O crédito instalação era composto das modalidades Apoio Inicial, Aquisição Material de Construção, Recuperação Material de Construção, Fomento, Adicional Semiárido e Reabilitação do Crédito de Produção. Ressalta-se que as modalidades do Crédito Aquisição e Recuperação de Material de Construção foram transferidas para o Programa Nacional de Habitação Rural-PNHR do Programa Minha Casa Minha Vida-PMCMV. Neste contexto, destaca-se que em 2013, tendo em vista a Portaria 352/P/INCRA/2013, houve a determinação do recolhimento de todos os recursos existentes nas contas das associações. As atividades voltaram-se para a aplicação dos recursos restabelecidos. Em 2015, as antigas modalidades se consolidaram no chamado Novo Crédito de Instalação, nas modalidades Apoio Inicial I e II, Fomento Operação I e II e Fomento Mulher. Feita a implantação deste novo crédito, previu-se para o exercício o atendimento de 3.659 na modalidade Fomento Mulher e 500 famílias na Modalidade de Crédito Apoio Inicial I e II. Entretanto, a UJ, em face das dificuldades de implantação deste novo crédito que ocorreram no exercício, atendeu a 130 famílias na última modalidade citada.

PO 09 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Demonstração dos resultados da execução física das ações do macroprocesso					
		Descrição	Execução física		
Ano	Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física
2016	211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	1.086	1.168
2015	211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	0	1.548
2014	211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	143	1.054
2013	211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	138	503
2012	211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	122	141

Análise

Os resultados desta ação convergem para estruturação espacial dos assentamentos, sendo uma ação de suma importância para o desenvolvimento dos assentamentos estando alinhados às diretrizes estratégicas atuais do Incra/Sede, que priorizaram o desenvolvimento dos assentamentos, implicando no crescimento da execução desta atividade.